



ESCOLA **informação**

N.º 258 abril/mayo 2013 . MENSAL . 0,50€

NÃO DESISTIMOS DAS NOSSAS VIDAS QUEREMOS O NOSSO FUTURO

NÃO DESISTIMOS DAS NOSSAS VIDAS QUEREMOS O NOSSO FUTURO NÃO DESISTIMOS DAS NOSSAS VIDAS QUEREMOS O NOSSO FUTURO NÃO DESISTIMOS DAS NOSSAS VIDAS QUEREMOS O NOSSO FUTURO

LEITURAS



Amaral, João Ferreira
Porque devemos sair do euro,
Lua de Papel, Alfragide, 2013

Para o economista João Ferreira do Amaral, a zona euro não é uma 'área económica ótima' em consequência das suas assimetrias sociais e económicas. Além disso, é constituída por países que possuem a sua própria identidade, forjada durante séculos de história, o que inviabiliza a criação de um 'superestado' federal. Surgindo como panaceia para acabar com a especulação cambial, a formação de uma moeda

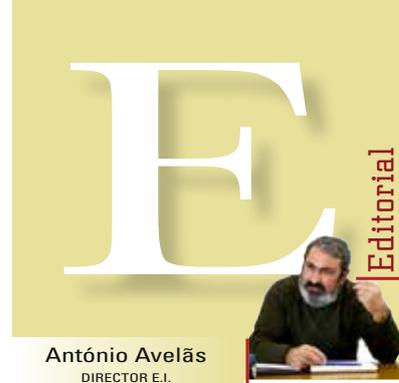
única, o euro, não beneficiou os países, como Portugal, em que a competitividade não depende da qualidade dos produtos e da inovação, mas da relação preços/custos. Tendo em conta que por cada euro exportado o nosso país deve importar 40 cêntimos, uma moeda sobrevalorizada como o euro tem efeitos negativos sobre a produção de bens transacionáveis, pois desincentiva a substituição das importações e reduz a competitividade das exportações. Esta situação agravou-se a partir de 1993, em que Portugal manteve uma política de 'escudo forte', culminando com a integração do país na zona euro que o impossibilitou de desvalorizar a moeda para poder reduzir o crónico défice da balança corrente que não parou de aumentar até à eclosão da crise 2008-2009. Este desequilíbrio está associado ao reduzido peso do setor primário e secundário no PIB – 13% e 2%, respetivamente – e à transferência dos investimentos para o setor de bens não transacionáveis, particularmente do imobiliário, das infraestruturas e dos serviços de interesse económico geral.

O programa de resgate financeiro negociado com a 'troika' revela-se desastroso, pois ao tentar reduzir o défice da balança com o exterior através da redução brutal do rendimento disponível das famílias tem como principal consequência a quebra da procura interna, a redução das receitas fiscais e o agravamento do défice público e da dívida. A continuação das medidas de austeridade conduzirá o país para um abismo cada vez mais fundo e impedirá a sua recuperação económica sustentada. Para evitá-lo, o autor propõe que

Portugal deve recuperar a sua soberania monetária, negociando a sua saída da zona euro de forma controlada. Esta saída permitir-lhe-á financiar os défices públicos com emissão de moeda, manter a nova moeda numa taxa de flutuação de 15% relativamente ao euro através de um sistema de desvalorização deslizante ('crawling peg') e reforçar as suas relações comerciais externas com países situados fora da União Europeia.

Apesar da clareza do diagnóstico, a alternativa proposta por João Ferreira do Amaral não é convincente. A aposta numa desvalorização deslizante da 'nova' moeda nacional não contribuirá necessariamente para reduzir o défice da balança corrente, já que as nossas exportações reagem pouco à diminuição do valor da moeda, enquanto a nossa dependência do exterior se agravará duplamente, pois não apenas importamos produtos tecnológicos de alto valor acrescentado, mas cerca de 70% dos produtos destinados à satisfação das necessidades mais elementares. A alternativa reside, pelo contrário, na criação de uma verdadeira União Económica com um orçamento digno desse nome, no reforço da coesão económica e social, cujo primeiro passo será a criação de 'eurobonds' para acabar de vez com a especulação sobre os diferenciais das taxas de juro dos países da zona euro e uma partilha democrática da soberania em que todos os Estados desfrutem de direitos iguais. Mas isso significa que se deve passar de uma Europa alemã para uma Alemanha europeia.■

Joaquim Jorge Veigunha



António Avelãs
DIRECTOR E.I.

NÃO NOS DEIXAREMOS INTIMIDAR

Despedimento de milhares de professores e educadores, aumento brutal do horário de trabalho, cortes brutais nos salários e pensões de aposentação, degradação completa das condições de trabalho e do financiamento das escolas, “revogação” prática do Estatuto de Carreira Docente (ECD) – é tudo isto que está em cima da mesa, ou, mais rigorosamente, já em curso. E se é lícito afirmar que por detrás deste projeto de degradação da escola pública está a intenção – que a direita nunca escondeu – de alargar o espaço de implantação do ensino privado financiado pelo Estado, há que afirmar que também no privado as condições de trabalho dos docentes se têm vindo a agravar e, se considerarmos o recente projeto de revisão do Contrato Coletivo do setor apresentado pela Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), poderá agravar-se a níveis absurdos!

Como bem ensinam os “tratados” de (baixa) política, há que disfarçar as reais intenções e motivações com discursos tais que a população seja levada a aceitar como justas as maiores barbaridades que lhe queiram impor. O governo de Passos Coelho e Paulo Portas continua a vender as teses da “inevitabilidade destas medidas” e que o objetivo é “salvar e melhorar a Escola Pública”. Nada de mais mentiroso, está claro: não só estas medidas não são inevitáveis como a Escola Pública corre sérios riscos de perda de qualidade e prestígio. Todos temos consciência que o ataque do governo não se limita aos professores e educadores e à Escola Pública. Faz parte do projeto ultraconservador de destruição da Estado Social e de anulação dos direitos laborais conquistados pelos trabalhadores ao longo do século passado. Para a concretização deste projeto o governo português, apoiado pela União Europeia, não hesita em trilhar o suicidário caminho do empobrecimento global do país, acentuando a destruição do tecido económico, o desemprego e o aprofundamento das desigualdades sociais. O que está, pois, em causa, é uma orientação política global; é por isso que a demissão deste governo, como condição necessária para que o país estructure uma nova orientação política, social e económica, se apresenta como uma exigência imediata.

Falemos claro: as lutas, difíceis, aprovadas por quase todos os sindicatos de docentes, retomando um projeto de unidade de classe já antes conseguido, têm uma clara intenção laboral: a defesa dos postos de trabalho, dos salários, das pensões, da dignidade profissional, do ECD. Assumem claramente a defesa da qualidade da Escola Pública. Mas, por isso mesmo, integram-se na exigência nacional de uma mudança radical das políticas seguidas por este governo ultraliberal. E ninguém acredita que essa mudança radical seja possível com a manutenção no poder deste executivo.

Greve às avaliações, mesmo que só num limitado período temporal e greve em dia de um exame nacional são formas de luta duras; apesar do esforço de esclarecimento que não deixaremos de fazer, estas medidas não serão facilmente aceites pelos pais e pelos alunos. É necessário dizer-lhes que a construção de um futuro que valha a pena exige muitas vezes sacrifícios e lutas no desditoso presente. E que o cruzar de braços face à tragédia anunciada seria justamente entendida como uma traição ao nosso dever de cidadãos e de docentes. A Escola que temos vindo a construir merece ser melhorada e não destruída; a profissão que abraçamos merece ser dignificada e não aviltada. É por isso que, de consciência tranquila, apelaremos a todos os que se orientam pelo desejo sério de um Portugal mais justo que apoiem os professores e educadores nestas lutas anunciadas. O que está em jogo é muito mais do que os nossos legítimos interesses laborais; é o futuro de Portugal, um futuro que é inseparável da qualidade da escola e da educação.

Estamos disponíveis para negociações sérias; mas armamo-nos com toda a coragem para lutar se a intenção do governo for a de concretizar os crimes anunciados.

Dissemos em tempos idos que nós, os professores e educadores, damos rosto ao futuro. É por esse futuro, para que ele não envergonhe o país, que temos de lutar agora. Com toda a tranquila firmeza de quem sabe que é justa a causa por que luta. ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs .Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires . Redacção: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha
Composição: Luísa Pereira . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 21 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

SPGL no 11º Congresso Nacional dos Professores

21 Cidadania

Voluntários à força e desempregados no ativo

22 Reportagem

Eles não vão sair daqui todos atores, mas saem melhores pessoas

25 Escola/Professores

25. Educação em Portugal: a marcha-atrás depois do progresso

28. Exames do 4º ano e declarações de honra

29. Grupo GPS

29. Dia aberto na Voz do Operário

30. Concurso Igualdade de género

31 Aos Sócios

Frente Unida para salvar a Escola Pública

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Efeitos das faltas no direito a férias; marcação do período de férias

Educação em Portugal: A marcha-atrás depois do progresso

Miguel Reis

PÁGINA
25

Estejamos à altura de nós próprios!

■ Miguel André

Juntar nove sindicatos de docentes de matriz político-ideológica muito diversa num mesmo processo (duro) de luta supõe duas coisas: que o ataque do governo à classe é mesmo brutal e que há da parte dos responsáveis sindicais a competência e inteligência necessárias para, em nome dos interesses dos docentes – que são também condições de um bom funcionamento das escolas – sublinhar o que nos une e não o que nos separa. É imprescindível que o mesmo esforço de unidade seja feito entre as organizações sindicais que representam os trabalhadores da administração pública. É mais que tempo que CGTP-IN e UGT juntem forças na oposição às medidas de puro terrorismo social deste governo.

Obviamente nenhum professor gosta de fazer greves, nomeadamente em período de avaliações e exames. Mas a enormidade do que está em jogo justifica plenamente que estas tenham sido formas de luta decretadas: é o futuro da profissão e da escola que está em causa. Ninguém pode ficar indiferente perante o desemprego de muitos milhares docentes, a continuada diminuição dos salários, o aumento do horário de trabalho, o desvirtuar dos estatutos de carreira...

É a ética da defesa da qualidade dos serviços públicos e da dignidade de quem neles trabalha que nos obriga a fazer estas greves e esta manifestação. Estejamos à altura de nós próprios! ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº258 abril/maio 2013

■ No grave contexto em que teve lugar – e que marca a realidade atual – o Congresso da FENPROF surge como portador de esperança e anunciador de novas lutas. Essa a perspectiva que ressalta nos documentos aprovados. Quer no Programa de Ação que, em linhas gerais, defende uma Escola de elevada qualidade, que respeite e assuma a diversidade e pluralidade de caminhos, quer na Resolução de Ação Reivindicativa. Neste Dossier é dado particular destaque à intervenção do SPGL, através de extratos de intervenções de dirigentes e ativistas. O Dossier encerra com uma breve nota de reportagem do Seminário Internacional que antecedeu o Congresso. Em que se salienta a partilha de experiências e a necessidade – sublinhada por muitos dos intervenientes – de articular lutas. ■

Um Congresso de luta e alternativa

No grave contexto em que teve lugar, o 11º Congresso da FENPROF surge como portador de esperança, anunciador de novas lutas. Como disse Mário Nogueira na intervenção de abertura, “queremos sair daqui mais fortes para agir, mas também mais apetrechados para propor; queremos que este Congresso seja luta, mas também alternativa; seja passado e presente, mas essencialmente futuro”. Esse o desafio que marcou os trabalhos do Congresso e as decisões nele assumidas, quer ao nível do Programa de Ação, quer da resolução sobre Ação Reivindicativa.

Alimentar a esperança, abrir caminhos, construir sentidos, dar rosto ao futuro – são expressões que se repetiram nas várias intervenções – marcadas, naturalmente pela denúncia das políticas em curso e pela afirmação de necessidade de luta. “Educar é abrir caminhos. É viver no presente mas para além das fronteiras do presente. Por isso, é nosso dever, é nossa obrigação, ir à procura da esperança, de uma esperança que é mudança. E se não a encontrarmos à primeira, então que façamos dela luta, resistência, união em torno de causas maiores que recusem as políticas menores que nos asfixiam”. Palavras de António Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa. Que lembrou ainda estar em causa “uma batalha contra o atraso, contra a pobreza, contra a ignorância, contra os preconceitos. Vem sempre tudo junto. Tudo aquilo de que Abril nos afastou”.

Palavras entusiasticamente saudadas pelos participantes no Congresso. Que confluem com o próprio sentido das análises, propostas e de-

finição de lutas, presentes nas intervenções e documentos aprovados. Ao longo dos dois dias de trabalhos do Congresso, as muitas intervenções de delegados de todo o país referiram (por vezes de forma marcadamente emotiva), quer a gravidade dos problemas que hoje se vivem, quer a necessidade de luta pela mudança.

Da gravidade dos problemas sentidos ressalta, naturalmente, a denúncia das medidas, de todos conhecidas, que apontam no sentido da degradação da própria escola pública. E ainda a difícil situação de uma classe, assolada pelo desemprego, marcada por uma profunda precariedade, com reflexos desastrosos na vida pessoal e familiar.

De luta se falou em quase todas as intervenções. De luta se fala, naturalmente, no Programa de Ação e na resolução de Ação Reivindicativa, aprovados no Congresso.

Programa de Ação e resolução sobre Ação Reivindicativa

O **Programa de Ação** da FENPROF para o próximo triénio assenta em três *vetores fundamentais*:

afirmação da Escola Pública, valorização da profissão docente, contribuição para um futuro melhor.

Desdobra-se – numa denúncia das políticas que estão a ser impostas; numa desmontagem da ideologia neoliberal na Educação; em 29 fichas que sintetizam o pensamento da FENPROF sobre algumas questões concretas particularmente importantes; na definição de linhas de força no relacionamento com o movimento sindical nacional e internacional, com os movimentos sociais. Inclui ainda dois anexos com propostas para a reorganização da educação especial e de listagem de atividades que deverão ser consideradas letivas.

Em termos gerais, o plano aprovado defende uma Escola de elevada qualidade, que respeite e assuma a diversidade e pluralidade de caminhos. Concretamente, como frisou António Avelãs, na apresentação do Programa de Ação, “batemo-nos firmemente pela defesa da dignidade da nossa profissão docente, e pela defesa dos direitos laborais e pedagógicos de todos os docentes, considerando que eles só terão tração plena numa escola que te-

Foto: Jorge Caria

nha os recursos necessários para, numa justa aplicação do direitos à diferença e de apoio aos que apresentem maiores dificuldades, ser capaz de possibilitar o sucesso de aprendizagens a todos os jovens que a frequentam, sucesso que não assenta necessariamente no estrita igualdade dos percursos de formação oferecidos, mas exige a igual dignidade de todos eles”.

Uma campanha nacional em defesa da Escola Pública, entre 14 de maio e 6 de junho, e uma manifestação nacional de educadores, professores e investigadores (22 de junho) são algumas das realizações a curto-prazo - aprovadas no âmbito da **resolução sobre Ação Reivindicativa** -, a par da participação em ações gerais no âmbito do movimento sindical e/ou de outros. Em perspetiva também a convocação de greves.

A resolução aprovada – para cujo debate concorreram as opiniões de milhares de docentes, recolhidas nas escolas de todo o país durante a semana de Tolerância Zero recentemente realizada – aponta os *eixos estruturantes da ação reivindicativa*: democratização da Escola Pública, em defesa da Constituição da República, contra a privatização do ensino; combate ao desemprego, à precariedade e à instabilidade; defesa dos estatutos das carreiras docentes, de horários pedagogicamente adequados e de uma aposentação digna; direito à formação contínua; direção/gestão democrática da escola Pública; contra a municipalização da Educação; requalificação do parque escolar; caráter inclusivo da Escola; Educação Pré-Escolar como primeira etapa da educação básica; uma nova Escola do 1º Ciclo; valorização e dignificação dos ensinamentos Profissional e Artístico; criação de condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos; desenvolvimento do Ensino Superior e aposta na investigação científica; dignificação e respeito pelos docentes do ensino privado; defesa do Ensino Português no Estrangeiro; combate à indisciplina e às violências; respostas sociais da escola Pública; cumprimento das leis e respeito pelos direitos sindicais. ■

A marca ideológica deste governo



Foto: Nuno Andrade

• Anabela Delgado

Dirigente do SPGL

Apretexto da crise têm sido impostas medidas em vários campos com vista à redução cega da despesa com a Educação, medidas que, para além de deteriorar gravemente as condições de trabalho de alunos, professores e funcionários das escolas, têm levado à redução drástica do corpo docente nas escolas. O aumento do número de alunos por turma, o fim do par pedagógico em EVT e a alteração das condições para o desdobramento de turmas nas disciplinas de caráter experimental, são disso exemplo.

As novas matrizes curriculares, feitas à medida do número de docentes que visava excluir do sistema conjugadas com o despacho de organização do ano escolar que, por um lado impôs o mínimo de 1100 minutos semanais de aulas, por outro, deixou de fixar o número mínimo de horas de trabalho individual, levou a que a generalidade dos docentes do 2º e 3º CEB e secundário passassem a ter, no mínimo, mais uma turma, logo mais alunos, mais níveis ou disciplinas para lecionar... e, menos professores nas escolas!

Ainda, em consequência das novas matrizes curriculares, o atual governo impôs também a sua marca ideológica regressando ao velho conceito das disciplinas “nobres” - Português, Matemática e Língua estrangeira; “as menos nobres” – as relativas às Ciências sociais e, as

“dispensáveis” – as artes, o desporto e as tecnologias. Esta opção, além de empobrecer o currículo porque lhe retira componentes fundamentais à formação integral dos alunos, teve o efeito imediato de colocar um largo número de docentes das áreas disciplinares mais visadas numa situação de profunda instabilidade e incerteza não só relativamente à carreira como ao próprio emprego.

Mas a marca ideológica deste governo não se fica por aqui, a par do empobrecimento do currículo chamado “regular” proliferam as chamadas “ofertas diversificadas...” para onde são encaminhados, cada vez mais precocemente, os jovens em risco de insucesso e de abandono escolar que, de acordo com o alargamento da escolaridade terão de permanecer na escola até aos 18 anos.

Isto é, em vez de reconhecer efetiva autonomia aos órgãos de gestão pedagógica das escolas para criar condições de apoio aos alunos, assim que detetadas as primeiras dificuldades, com vista à conclusão com sucesso duma formação base sólida que permita uma livre e consciente opção por qualquer outra oferta formativa que se pretende de qualidade, o MEC, insiste no encaminhamento para vias alternativas, acenando com a ilusão de que todos poderão regressar ao currículo dito “regular” se realizarem com sucesso os exames nacionais (a obsessão do ministro Crato)! ■

Recuso aceitar, ou sequer tolerar



Foto: Manuel Grilo

• M. Pereira dos Santos

Dirigente do SPGL

Enquanto dirigente sindical, e de modo mais diretamente ligado com as aulas que dou na Universidade aos alunos dos primeiros anos de Engenharia, quero afirmar, de forma clara, e também para eles: . RECUSO ACEITAR, OU SEQUER TOLERAR, que deva informar 40% dos meus alunos que o país em que nasceram não precisa deles, e prefere que emigrem! . RECUSO ACEITAR, OU SEQUER TOLERAR, o que o Ministro Crato afirmou (“que o conheci-

mento é hoje um produto vendável, e por isso as Universidades se devem preparar para lutar contra a sua concorrência neste setor”...), pois para mim, como para a Internacional de Educação, e até segundo o último comunicado ministerial da reunião de 2010 em Viena, “**o conhecimento é um bem público**”... ao que eu acrescentaria que é um **direito humano para todos!**

. RECUSO ACEITAR, OU SEQUER TOLERAR, que quase tenha de cobrar aos alunos as aulas que dou, e não poderei continuar a dar aos que não tenham dinheiro para as pagar!

. RECUSO ACEITAR, OU SEQUER TOLERAR, que colegas da minha Universidade tenham 28 h/ semana de aulas... ou contratos a prazo de 3 a 4 meses... ou mesmo “pagos à peça” (ou aula a aula): há bastante tempo que conhecemos a precariedade neste setor, os “professores contratados” (de que nos falou o Vítor Miranda), que aqui se chamam “equiparados”, ou “convitados”, ou “colaboradores”... e bato-me para que, à saída das suas aulas, todos possam ter perspetivas semelhantes, a prazo, para assegurar a sua sobrevivência e a das suas famílias!

. RECUSO ACEITAR, OU SE-

QUER TOLERAR, que a Ciência e a Investigação sejam o feudo de alguns – os que podem pagar, obviamente privados! – e que a investigação fundamental (poeticamente apelidada de “blue sky research”), cuja aplicação tecnológica não esteja à vista e já previamente “comprada”, ou a do domínio das ciências humanas e sociais, ou artísticas, deva ser abandonada!

. RECUSO ACEITAR, OU SEQUER TOLERAR, que a renovação, sobretudo no Ensino Superior e Investigação, se faça apenas com colegas “bolseiros”, “descartáveis” ou vagamente “contratados”... que não tenham alternativa para deixar de ter “vida a prazo” até bem depois dos 40 anos!

. RECUSO ACEITAR, OU SEQUER TOLERAR, que esta imagem não seja apenas uma caricatura ou um pesadelo do PAÍS DE ABRIL em que me habituei a viver desde há quase quarenta anos!

E aqui e agora sinto-me igualmente grego, irlandês, cipriota... ou esloveno, espanhol, italiano... ou ainda solidariamente turco e angolano... enfim, **igual a todos aqueles que são reprimidos pelos respetivos governos!** ■

Contratados

• Vitor Miranda

Dirigente do SPGL

Nunca se falou tanto de contratados mas nunca tão pouco se conseguiu. Os contratados são assim uma espécie de filho adotivo. Obtiveram o direito ao subsídio de desemprego em 2001 (comum a todos os trabalhadores por conta de outrem) e viram-lhes ser reconhecida os direitos de maternidade/paternidade como previsto na Lei Geral para todos os trabalhadores.

Nunca tanto se falou em contratados mas também nunca, os professores efetivos, estiveram tão próximo dos contratados. Ou melhor tão próximo do que é ser contratado hoje.

Si, eu sei, todos foram contratados, estarão muitos de vós a pensar. Sim foram, um dia, pretérito, passado...mas isso não é ser contratado hoje.

Já hoje os professores efetivos descontam os três primeiros dias de atestado. Para todos uma novidade desde janeiro, para a maioria dos contratados uma realidade desde



2009 (alguns antes) quando os seus contratos passaram de provimento para termo certo. Sim, a lei 12 A aplicou-se-lhes.

Nesta altura foi intenção que todos os contratados passassem para o sistema da Segurança Social, mas após diversas negociações e reuniões com membros do SPGL, as Finanças e a CGA, desbloqueou-se a situação para os que já estivessem inscritos, na CGA, até 31 de dezembro de 2005 e não tivessem sido colocados após 31 de dezembro ou em ofertas de escola. Contudo a maioria saltou, se não foi nesse ano foi nos seguintes. Saltou

e uma vez mais, por opção dos governos, podiam optar por manter descontos para a ADSE além dos da SS. Com uma diferença em relação aos professores dos quadros: a ADSE serviria apenas para acesso a atos médicos. Doença só por via de baixa e respetivos descontos (como hoje é para todos).

Também hoje os vencimentos dos efetivos se aproximam vertiginosamente dos dos contratados por via de cortes, taxas e impostos extraordinários, pese embora o facto aos contratados se aplicar índices remuneratórios que já não fazem parte das tabelas da carreira docente.

Hoje os contratados estão mais longe de ser efetivos mas os efetivos mais próximos das condições dos contratados. Veja-se a mobilidade, os horários 0 ou incompletos, a itinerância entre escolas do mesmo agrupamento, o alargamento dos QZP o aumento de horas letivas. Veja-se também a avaliação que desta vez, impedidos que estão os contratados de servirem de cobaias por não poderem ter aulas assistidas ou menção de excelente, é hoje experimentada nos efetivos de escalões intermédios e sujeitos a cotas para progressão. ■

A formação de adultos



Foto: Felizarda Barradas

• Ana Gaspar

Dirigente do SPGL

Venho falar-vos de um tema "maldito": a formação de adultos.

O que foi, provavelmente, o mais consistente sistema de formação de adultos, pela sua abrangência e pluralidade de vias - RVCC, Efás e Sec., Efás e Sec. de dupla certificação e formação modular -, está a ser implacavelmente abatido.

A extinção dos CNOS, o aumento de formandos por turma, a im-

possibilidade de várias escolas abrirem estes cursos e a constante propaganda negativa veiculada pelas média, faz antever o final deste processo e, com isto, a impossibilidade de quem tudo paga, quem quer estar ou voltar à escola, os trabalhadores e as trabalhadoras, o poder fazer.

Resistiremos! "Fazer mais com menos"? Com menos recursos, haverá, apenas, mais analfabetos. Com menos recursos, haverá, apenas, mais submissos. Os trabalhadores e as trabalhadoras merecem mais: o direito ao trabalho, à aprendizagem e a escolhas de vida! ■

Deixem-nos ser professores

• Albertina Pena

Dirigente do SPGL

A degradação da escola pública, também se faz, como é óbvio, através das condições de trabalho impostas aos seus profissionais. Numa escola onde se pretende que quem nela trabalha faça *omeletes sem ovos*, isto é que deem aulas sem tempo para as preparar e onde o aumento do horário de trabalho ultra-

passa os limites. Este aumento tem vindo a verificar-se, por exemplo no facto de a componente não letiva se tornar, cada vez mais, em componente letiva. Todos e todas sabemos das horas que passamos com grupos de alunos, quer seja no apoio ao estudo, no caso do 1º ciclo, quer seja noutros tipos de apoio, numa componente considerada não letiva, mas que na prática é letiva. Neste sentido e ao arripio do estabelecido no ECD, de forma falaciosa, a componente letiva aumenta.

A FENPROF apresentou ao MEC



Foto: Felizarda Barradas

uma listagem de atividades que deverão ser consideradas letivas, no entanto a situação, como bem sabemos, continua por resolver e com tendência a agravar-se.

No tempo previsto para a componente letiva é impossível cumprir todas as exigências previstas e estipuladas, sendo que a componente individual de trabalho é grandemente prejudicada.

Estes horários não nos permitem ser docentes crescendo a exigência para o cumprimento de serviço administrativo levando a profissão a um estado de funcionarização administrativa que sobrecarrega professores e professoras num trabalho para além do trabalho letivo, o essencial da profissão, numa desregulação e num desrespeito completo pelo nosso trabalho e pela nossa vida.

Teremos que continuar a exigir a dignidade da profissão, tempo para

a atividade letiva, para o estudo, para a reflexão, para a preparação de aulas, para coordenação e repetir as vezes que forem necessárias a premissa: “deixem-nos ser professores”! E deixem-nos exercer com qualidade a nossa profissão.

Examinite aguda

É já tempo de olhar, com seriedade, para a escola pública sem entrar no absurdo e na fixação da examinite aguda. Os remédios deveriam ser preventivos e não os do castigo. A prevenção é apoiar antes, preparando no e para o sucesso de uma aprendizagem integradora, ao longo dos 4 anos, ao invés do castigo que confere o prolongamento do calendário escolar, na imposição de estruturas avaliativas que nada mais provam além do ridículo e da disfunção educativa de que o MEC parece padecer, no distúrbio de toda a logística e nos distúrbios que im-

põem a realização de um exame (no 4º ano de escolaridade) desde o transporte à desregulamentação do quotidiano das escolas. Tudo isto tendo, também por base a desconfiança no pessoal docente, o que só pode ser, no mínimo, anedótico!

Toda esta apetência pelos exames leva à desestruturação da função docente, impondo mais trabalho extra, na exigência da realização das provas de equivalência, dos parâmetros, das pautas e de tudo o mais que é inerente ao ato avaliativo. Acresce que todo este processo decorre um mês antes do final do ano letivo levando a que na prática, o tão propalado prolongamento do calendário escolar mais não seja que uma medida populista e discriminatória. Pois após os exames, em início de maio, o ano letivo fica comprometido em praticamente um mês. ■

Por uma nova escola do 1º ciclo do Ensino Básico



Foto: Manuel grilo

• Deolinda Martin

|Dirigente do SPGL|

Que esperam os cidadãos portugueses da escola pública? Que pensam dela os que a sustentam e aguentam diariamente? Como pro-

fissionais especialistas, pedagogos, temos que fazer esta reflexão, temos que analisar se de facto a correção das desigualdades tem sido uma estratégia seguida de forma séria pelos governos nos últimos anos... Sem se avaliar a desigualdade de condições de que adianta à escola criar igualdades de oportunidades se os seus alunos não tiverem fora dela condições efetivas para as poderem concretizar? É que a realidade social, a crise, o desemprego atravessam o dia a dia do ensino público, com toda a violência, porque aqui também os recursos, e as condições se degradam, opção política propositada que tem como opção, empobrecê-la! Pois não, não é fácil o papel do professor, que tem perante si uma heterogeneidade de alunos e que ao lidar com ela tem ao mesmo tempo que criar formas de discriminações positivas para os conduzir com sucesso às aprendizagens que os capacitarão como cidadãos!

Assim, o 1.º ciclo do ensino básico

(CEB) tem sido francamente o setor que mais desvalorização profissional tem sofrido com as políticas dos vários governos, mas sobretudo do atual!

(...)

Ao professor exige-se saber científico, capacidade de formar e formar-se, ser criativo porque responsável, autónomo e portanto crítico! É portanto urgente, que reabilite o seu estatuto profissional, tem que exigir clarificação do que é atividade docente e letiva de tudo o que não o é! Tem que participar na construção de uma nova escola para o 1º CEB!

É neste quadro que a FENPROF defende a realização de uma conferência do 1º CEB com o objetivo de refletir quais os caminhos a trilhar no futuro, construindo um caderno reivindicativo com os seguintes eixos:

- A eliminação dos exames no 1.º CEB;

- O reforço do currículo escolar, com a integração do ensino do in-

glês, em todas as suas dimensões, e a desescolarização das atividades desenvolvidas no período de prolongamento do horário,

- A reorganização dos processos de coadjuvação que deverão ser assegurados por equipas educativas a criar nos agrupamentos de escolas, ao invés de estarem dependentes das disponibilidades eventuais de recursos humanos;

- A reavaliação da rede com vista à sua reestruturação de acordo com as necessidades identificadas pelas comunidades educativas, garantindo que não há deslocações com duração superior a 30 minutos e que são devidamente asseguradas as respostas sociais aos níveis das refeições e da ocupação dos tempos livres;

- A redução da duração da componente letiva dos horários dos pro-

fessores, favorecendo a qualidade da atividade docente, incluindo a sua organização e preparação;

- O redimensionamento das estruturas de gestão intermédia de participação dos docentes, nomeadamente os conselhos de docentes;

- Defesa do direito à aposentação quando reunidas as condições de 30 anos de serviço e 55 anos de idade! ■



Fotos: Jorge Caria

As sucessivas alterações às regras da aposentação nos docentes do 1º CEB



Foto: Manuel Grilo

• M. Micaelo

Dirigente do SPGL

Até há pouco tempo tínhamos monodocentes que se podiam (e bem!) aposentar, com direito a “pensão completa” com 32 anos de serviço e 52 de idade; outros com 30 anos de serviço e 55 de idade, beneficiando de um regime específico de aposentação.

Em 2005 alteraram-se as regras. Tudo mudou e muitos dos que se aposentariam com 32/52 passaram a poder fazê-lo com 34 anos

de serviço e 57 de idade. Os 30/55 desapareceram por artes mágicas e foi feita uma calendarização temporal que permitia que muitos se aposentassem com 33/58, 34/59, 35/60, 36/61... num faseamento que, para alguns, podia ir até aos 65 anos em 2021.

Outros passaram logo em 2005, assim de repente, dos 30 anos de serviço e 55 de idade para os 65 de idade e 40 de serviço, numa clara violação de direitos vários, entre os quais o direito constitucional à confiança.

O que era verdade passou a ser mentira e foram, melhor dizendo, vão sendo - pois isto não vai parar por aqui - destruídas as legítimas expectativas destes docentes.

Ao mesmo tempo eram ainda alteradas (melhor dizendo vão sendo alteradas, que esta procissão ainda vai no adro) as formas de cálculo da pensão de modo a que esta seja cada vez mais reduzida.

Porquê? Porque somos sempre os mesmos a pagar os negócios, os lucros e os prejuízos (os buracos) dos do costume - da banca, dos Mellos, da Mota Engil, de escritórios de advogados...)

Consequências:

. O 1º CEB já é o grupo disciplinar

com mais docentes sem componente letiva atribuída;

. Nos próximos largos anos serão muito poucos os docentes deste setor que se aposentam com pensão “completa”;

. Nos anos mais próximos, arrisco mesmo dizer na próxima década, não vai haver novas entradas de docentes neste setor;

. Os que já são dos Quadros vão ver a sua situação cada vez mais deteriorada (instabilidade, agravamento das condições de trabalho, maiores distâncias a percorrer quer nas várias escolas do agrupamento quer em QZP cada vez maiores...);

. Os contratados, mesmo com muitos anos de docência, terão cada vez menos hipóteses de colocação, quanto mais de vinculação;

. O impacto na qualidade do desempenho profissional, na saúde e bem-estar dos docentes, na realização profissional, no funcionamento das escolas será enorme e terá forte repercussão na aprendizagem dos alunos e na qualidade educativa.

Por tudo isto impõe-se que continuemos a lutar por um regime específico de aposentação para os docentes, todos os docentes, que tenha em conta o elevado desgaste do exercício da profissão. ■

Tempos de perplexidade e revolta



Foto: Manuel Grilo

• **Ana Cristina Martins**
 |Dirigente do SPGL|

Para muitos de nós que tiveram a sorte e viver a maioria ou até mesmo todo o tempo da sua vida adulta e profissional em li-

berdade, estes são tempos de profunda perplexidade e justificada revolta.

O primado do Estado de Direito, um dos pilares fundamentais da democracia parece ter implodido. A desregulamentação (com omissão ou mesmo supressão de normas), o desrespeito pela Lei e pelos Tribunais, Órgãos de soberania, a má técnica legislativa, entre muitas outras malfeitorias, conduziram-nos a uma situação sem igual nas últimas décadas. Pessoalmente, não tenho memória de um tempo assim!

Com este panorama, o trabalho dos Sindicatos tem sido atingido, numa tentativa de abater aquele que é um dos últimos redutos na defesa de uma sociedade mais sólida, mais justa, mais fraterna. A título de exemplo, relembro aqui mais uma vez as dezassete dezenas de ações relativas a ca-

ducidade que ganhámos em Tribunal. Não fiz nenhuma pesquisa exaustiva mas creio poder dizer que este é caso único na nossa ordem jurídica. Apesar deste número expressivo, o MEC continua a não cumprir aquilo a que a Lei o obriga.

(...)

É desígnio dos Sindicatos continuar com perseverança a batalha pelo cumprimento das leis, pela efetivação dos direitos, pela defesa das garantias dos trabalhadores. Sem baixar os braços, sem desacreditar.

É isso que a FENPROF sempre fez e fará, contra ventos adversos ou marés desfavoráveis; iremos à luta para garantir o futuro, com a determinação que sempre nos guiou e que nos dá a certeza que havemos de os vencer! ■

Inclusão

• **Paula Simas**
 |Dirigente do SPGL|

O conceito de inclusão, por muito que assuma à primeira vista uma aparência de consenso, de politicamente correto, não deixa de na sua essência ser de facto bastante polémico, utópico e até vazio de conteúdo.

Na verdade, a Lei Fundamental tem implícito em vários dos seus artigos (nomeadamente no artigo 74º, nº 2, alínea g) o conceito de ensino inclusivo como instrumento necessário à efetivação de um direito fundamental.

(...)

Alguém disse um dia que não há nada mais gerador de desigualdades do que tratar como iguais aqueles que o não são ...

A inclusão pode e deve ser uma realidade, mas para isso um longo caminho há a percorrer e não será certamente este que temos trilhado!

O que hoje temos no terreno é um esforço quase desumano por parte dos professores que, sem meios, sem condições, com quase nada, inventam estratégias, criam milagres e fazem todos os dias a diferença, em grande parte das nossas escolas.

Fazemo-lo com convicção, com profissionalismo, mas o desgaste é brutal e o sentimento de impo-



Foto: Felizarda Barradas

tência acompanha-nos. Afinal, sem políticas adequadas, remamos consecutivamente contra a maré. ■



Foto: Jorge Caria

Ensino particular e cooperativo



• **Graça Sousa**
Dirigente do SPGL

O MEC, responsável pela tutela pedagógica, tem a responsabilidade e obrigação política de zelar pela qualidade no ensino e de fazer respeitar o que está consagrado no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo: “o pessoal docente das escolas particulares exerce uma função de interesse público, e tem os direitos e está sujeito aos deveres inerentes ao exercício da função docente”. Foi esta a posição que a FENPROF transmitiu ao secretário de estado do ensino e da administração escolar, na reunião do passado dia 22 de abril, considerando que é imperativo que o despacho normativo nº 13-A/2012 refira explicita-

mente que aos docentes do ensino particular e cooperativo se aplica o mesmo conceito de hora letiva, organização e duração da componente letiva, que aos docentes do ensino público.

Mais que uma obrigação legal e política esta é uma exigência em defesa dos docentes do ensino particular e cooperativo.

No que respeita à contratação coletiva, a FENPROF continuará a defender a dignificação das carreiras dos docentes do ensino particular e cooperativo e lutará pelo cumprimento integral do contrato coletivo de trabalho em vigor.

Quanto ao ensino profissional privado, a FENPROF continuará a pressionar a ANESPO para concluir o processo de negociação coletiva iniciado há vários anos, com o objetivo de se obter um contrato coletivo de trabalho que reflita as especificidades deste setor, nomeadamente no que concerne às regras relativas ao horário de trabalho e à organização das diversas componentes da função docente e às respetivas carreiras.

Falando agora das Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS, Misericórdias e Mutualidades, instituições que são financiadas a partir do Orçamento de Estado, sem que até hoje

se conheça qualquer auditoria ou ainda qualquer relatório de fiscalização deste financiamento público a entidades particulares com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social.

Mais graves são as situações que se vivem presentemente em muitas destas instituições, passando pelo atropelo aos direitos essenciais dos trabalhadores, nomeadamente o incumprimento no pagamento atempado das retribuições dos subsídios, violação das tabelas salariais e mesmo despedimentos.

Assim, a FENPROF continuará a exigir a fiscalização destas instituições, e a defender que parte da verba que recebem via orçamento de estado seja utilizada também para aumentos salariais, para que as carreiras dos docentes que exercem funções nestas instituições sejam equiparadas às dos docentes do EPC, e lutará também pelo cumprimento integral dos direitos consagrados na convenção coletiva do setor.

A FENPROF continuará a defender o reconhecimento do trabalho dos educadores de infância em creche como docência, e a exigir, para todos os efeitos, a contagem de tempo como “serviço docente”, de acordo com a Recomendação nº 3/2011 do Conselho Nacional de Educação. ■

Contratados da Educação Especial

• Sofia Barcelos

Dirigente do SPGL

Este ministério não desrespeita somente os direitos dos alunos mas desrespeita também os direitos dos Professores. (...)desrespeita quando eterniza a precariedade dos Professores Contratados: 1059 reconduzidos nos 3 grupos da educação especial (1045+10+4) em 2012 e 387 colocados em 31 de agosto em horários completos anuais = 1446 necessidades permanentes do sistema!; desrespeita quando abre 160 vagas no fraudulento concurso extraordinário!

Inclusão, FENPROF, contratados....

- Ignorar pedidos de reunião com docentes contratados da Educação Especial que querem partilhar as suas dúvidas e anseios não combina com FENPROF e INCLUSÃO ! Não com aquela FENPROF que eu desejo!

- Pedir à DGAE que crie um meca-

nismo na aplicação dos concursos no sentido de excluir centenas de contratados da educação especial (de referir que trabalham há anos neste setor) sim, ouviram bem! excluir! Isto não combina com FENPROF e Inclusão. Não com aquela FENPROF que eu desejo! A portaria 212/2009 veio resolver a situação de centenas de Contratados. Os advogados dos vários sindicatos da FENPROF têm ganho recursos de professores denunciados. a DGAE valida as candidaturas após a denúncia e passo a citar: “É de manter a candidatura admitida a concurso, no grupo de recrutamento 910, por o(a) candidato(a) comprovar, por meio de certidão/certificado nominal, que concluiu um curso de especialização em Educação Especial nos termos do Decreto-Lei n.º 95/97, com menção expressa da acreditação pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua. Comprovou, ainda, com documentação, o número de dias de serviço docente ou equiparado contados a partir do dia 1 de setembro do ano civil em que



Foto: Manuel Grilo

o(a) candidato(a) obteve a qualificação, nos termos da Portaria nº 212/2009, para o grupo de recrutamento da Educação Especial a que concorre (GR 910), conforme dispõe a subalínea i) da alínea b) do nº1 do artigo 11º do Decreto-Lei 132/2012. Assim o objeto da denúncia carece de fundamento.”

- Foi preciso um movimento de 7 cidadãos Professores de Educação Especial (a grande maioria sindicalizados nos sindicatos da FENPROF) que, num reduzido prazo de tempo (3 meses e pouco) conseguiram um despacho que trouxe alguma justiça na ordenação dos Professores de Educação Especial (Despacho 866/2013). ■

A Educação é um Direito e não é um Negócio



Foto: Jorge Caria

• Francisco Santos

Prof. EB2,3 José Cardoso Pires

O governo do PSD e do CDS, com o alibi dos compromissos com os credores nacionais e internacionais, insiste no ataque à escola pública que está consagrada na Constituição da nossa República. É no contexto desse ataque, que visa a destruição total da Escola Pública, Democrática, Inclusiva,

de Qualidade e Gratuita, que temos que perceber a redução do financiamento do sistema de ensino público.

Para a direita o que está em jogo é garantir que o capital tenha quem o sirva, sem ter a capacidade de questionar a exploração de que é alvo. Mas também está em jogo um outro projeto, que é o de transformar o direito à educação num negócio em que os interesses privados possam arrecadar e acumular mais capital.

Para tornar o negócio mais apetecível é fundamental reduzir os custos

com a massa salarial de professores e de outros técnicos de educação e funcionários que prestam serviço nas escolas. Para o fazer o governo prossegue e aprofunda o processo de mega-agrupamento das escolas; despede sumariamente milhares de contratados que durante anos serviram o sistema; continua a empur-

rar os professores mais experientes para a aposentação, com penalizações monetárias significativas; e gostaria de alterar unilateralmente o ECD e com isso atirar para os horários zero, a mobilidade e o despedimento mais alguns milhares de professores dos quadros. No final deste processo sobrá um número

reduzido de professores, que trabalharão muito mais horas por muito menos salário.

Neste processo de privatização da escola pública, e do sistema educativo nacional, o governo procura apagar o carácter social da produção e transmissão do conhecimento e da cultura. ■

Quatro propostas de alteração à proposta global A do Plano de Ação

• Miguel Reis

Dirigente do SPGL

A primeira proposta de alteração tem a ver com a **gestão das escolas**. Julgo ser muito importante garantir a plena democracia nas escolas, incluindo a participação dos alunos nas decisões.

A segunda proposta de alteração tem a ver com a **discriminação dos professores contratados nas escolas**, que muitas vezes ficam com os piores horários e as piores condições de trabalho. Assim, na ficha 23, proponho acrescentar um sétimo ponto, com a seguinte redação: A adoção de critérios democráticos, equilibrados e racionais na distribuição do serviço docente e na constituição de turmas em cada escola, rejeitando as práticas de discriminação negativa dos professores contratados e combatendo igualmente a constituição de turmas de nível e de turmas de repetentes.

A terceira proposta de alteração prende-se com a **atitude da FENPROF para com os blogues e movimentos de professores que foram surgindo a partir de 2010**. Julgo que a posição da FENPROF em relação a estes movimentos evoluiu de forma muito positiva ao

longo do tempo, afastando-se de uma posição mais sectária e desconfiada em direção a uma atitude mais construtiva. Contudo, o documento do plano de ação mantém um discurso muito desconfiado em relação a estes blogues e movimentos, que penso ser contraproducente na procura de convergências mais amplas em defesa da escola pública. Para a FENPROF, importa valorizar e procurar convergências, sempre que possível, com todos os movimentos e blogues de professores que objetivamente contribuam para elevar a consciência da classe docente e para juntar forças na defesa da escola pública.”

Finalmente, apresento a minha última proposta de alteração: **Oponho-me frontalmente à proposta da FENPROF de atribuir o estatuto de autoridade pública aos professores para combater a indisciplina nas escolas**. Julgo que esta ideia nada tem a ver com o conjunto de propostas progressistas da FENPROF construídas ao longo dos anos para combater as causas da indisciplina. Reclamar o estatuto de autoridade pública para os professores significa embarcar em posições conservadoras e autoritárias, colando a FENPROF a uma certa direita passadista que teima em olhar para o professor como um polícia.

Defendo por isso a eliminação desta ideia do conjunto de propostas para combater a indisciplina nas



Foto: Manuel Grito

escolas. Em alternativa a uma solução que nada resolve e que apenas encara o problema do lado da repressão, proponho um conjunto de propostas que visem combater o problema a montante e não a jusante, nomeadamente:

- a formação gratuita a todos os professores no âmbito da gestão de conflitos e da indisciplina na sala de aula
- a constituição de equipas multidisciplinares (com psicólogos e assistentes sociais) que auxiliem o trabalho pedagógico dos professores.
- a redução do número de alunos por turma.
- o fim da “guetificação” de escolas e turmas pelas capacidades escolares evidenciadas pelos alunos e pelas suas origens culturais e sociais. ■

Resolução sobre a Ação Reivindicativa

Iniciativas, Ações e Lutas

Neste quadro tão negro em que também a Educação se encontra e que os professores sentem de forma particular, a FENPROF decide **uma forte luta em defesa do emprego, da estabilidade, dos direitos sociais e profissionais e dos salários, pensões e reformas. Uma luta em defesa do futuro!**

• **Apelar a todas as organizações representativas de docentes e investigadores**, sindicais, científicas ou profissionais, bem como outras que intervenham no âmbito da Educação, para se unirem:

- Pela demissão do atual governo, condição necessária para que se alterem as políticas em curso;
- Em defesa da qualidade do Ensino e da Educação e contra a degradação das condições de trabalho nas escolas;
- Em defesa da Escola Pública de matriz democrática e contra a privatização e/ou municipalização do ensino;
- Contra o desemprego, a precariedade e a crescente instabilidade imposta aos docentes;
- Contra a aplicação da mobilidade especial – “os professores são precisos nas escolas!”;
- Contra o aumento do horário de trabalho que degrada o desempenho docente e apenas pretende afastar professores da profissão;
- Contra novos cortes salariais, pela reposição de salários e subsídios e em defesa das tabelas salariais constantes dos estatutos de carreira;
- Contra o desmantelamento da Caixa Geral das Aposentações e o aumento dos descontos para a ADSE;
- Contra o agravamento da situa-

ção de aposentação e a redução das pensões.

• A convocação de uma **Manifestação Nacional de Professores, Educadores e Investigadores**, propondo-se a convergência entre todas as organizações de professores e a possibilidade desta ter lugar em 22 de junho.

• A promoção de uma **Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública**, a realizar entre 14 de maio e 6 de junho, oportunidade, também, de envolvimento dos professores, educadores e investigadores nas respetivas regiões;

AÇÕES GERAIS A DESENVOLVER PELO MOVIMENTO SINDICAL E/OU OUTROS MOVIMENTOS

A FENPROF empenhar-se-á na mobilização dos professores, educadores e investigadores para que se envolvam nas ações e lutas convergentes com setores mais vastos do mundo laboral e da sociedade. O ataque aos direitos dos trabalhadores, aos direitos de cidadania, às funções sociais do Estado e à própria democracia deverá merecer uma forte resposta de todos, pelo que, sem prejuízo das ações específicas, a participação nas ações

mais gerais, designadamente do movimento sindical, estará sempre na ordem do dia.

(...)

Também a convergência na ação com outras organizações do movimento sindical docente deverá ser considerada sempre que contribuir para reforçar a luta dos professores em defesa da Profissão e da Escola Pública.

(...)

A FENPROF considera ainda importante a participação dos professores noutras ações de contestação das políticas do governo e da troika, nomeadamente na que está agendada para 1 de junho.

No plano internacional, a FENPROF continuará a aprofundar a cooperação e ação com o movimento sindical docente, seja nas instâncias em que participa formalmente - Internacional da Educação (IE) ou Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE), Fórum Iberoamericano de Educação e CPLP/Sindical de Educação -, seja pelo desenvolvimento de relações bilaterais com diversas organizações.

(...)

No âmbito da construção de alianças mais amplas, merece uma referência particular o *Alter summit*, plataforma europeia que já junta hoje mais de 140 organizações, entre as quais a





FENPROF e a CGTP-IN, na luta contra as imposições da troika e o domínio dos mercados financeiros e em defesa de uma Europa de progresso e coesão social.

CONFERÊNCIAS/ENCONTROS NACIONAIS

- Encontro Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Encontro Nacional sobre a Escola Inclusiva;
- 4ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação, a realizar em 2014;
- Iniciativas em torno da Profissão de Professor, em 5 de outubro, Dia Mundial dos Professores. Em 2013, o tema deverá centrar-se nas questões do stress e desgaste físico e psíquico dos docentes, decorrente do exercício continuado da profissão.

AÇÕES JURÍDICAS

Tendo em conta a postura de contínuo desrespeito pelos quadros legais e até pelas instâncias judiciais, a FENPROF e os seus sindicatos não pouparão esforços nem recursos no que respeita à ação no plano jurídico.

REFORÇO DA AÇÃO INSTITUCIONAL

QUADRO DE AÇÕES E LUTAS A DESENVOLVER

- 1. 6 de maio:** Plenário de Dirigentes, Delegados e Ativistas da Administração Pública, às 10h30, junto do Ministério das Finanças, acompanhando a reunião entre a Frente Comum e o secretário de Estado da Administração Pública;
- 2. 10 e 17 de maio:** participação na ação a desenvolver no âmbito da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública;
- 3. 14 de maio a 6 de junho:** Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública promovida pela FENPROF;
- 4. 25 de maio:** Manifestação Nacional em Belém convocada pela CGTP-IN, pela demissão do governo;
- 5. maio/junho (proposta aos sindicatos de professores):** convocação de greve ou greves coincidentes ou não com o período de exames e/ou avaliações;
- 6. 30 de maio:** participação nos protestos contra o aumento de dias de trabalho gratuito, imposto com o fim dos feriados;
- 7. 22 de junho (proposta):** Manifestação Nacional dos Professores, Educadores e Investigadores.

N.R.: Este calendário de ações e lutas foi entretanto alterado em virtude da convergência com outros sindicatos de professores (ver contracapa)

Extratos da Resolução sobre a Ação Reivindicativa (da responsabilidade da Redação da EI). Para aceder ao texto completo consultar www.fenprof.pt

Seminário Internacional “Os efeitos da crise na educação e o necessário combate sindical”

Partilhar experiências e ideias, articular lutas

Partilhar experiências e ideias, cruzar olhares, abrir perspectivas, articular lutas – foram algumas das palavras-chave marcantes nas intervenções dos intervenientes no Seminário Internacional “Os efeitos da crise na educação e o necessário combate sindical”, que antecedeu os trabalhos do Congresso da FENPROF e contou com a presença de 36 organizações. Necessidades sentidas como comuns e que a todos unem na diversidade de realidades nacionais.

A situação que hoje se vive na educação em Portugal foi o ponto de partida deste momento de encontro, partilha e debate sobre estratégias de combate e resistência à agenda neoliberal. Numa intervenção que se desdobrou entre a referência aos brutais efeitos da crise no nosso país e o sublinhar da urgência do combate às atuais políticas, Manuela Mendonça, do Departamento das Relações Internacionais da FENPROF, destacou, nomeadamente, os cortes do investimento público na Educação – uma descida de 5,7% para 3,9% do PIB nos últimos dois anos –, e a redução drástica do número de professores – o desemprego aumentou, oficialmente, 225% entre 2009 e 2011, anunciando-se ainda novos cortes.

Factos que, na diversidade de realidades nacionais, são vivenciados em muitos outros países.

Crise e esperança

A Europa (e, de algum modo, o *mundo ocidental*) vive hoje uma versão própria do “ajustamento estrutural” imposto, nos anos 90, aos

países do Sul. Uma constatação que carrega, entretanto, consigo, uma nota de esperança, com alguns exemplos que nos vêm da América Latina.

É o caso, nomeadamente, da Argentina que, tendo, de algum modo, superado a etapa de neoliberalismo, afirmou, em 2005, a educação como um direito humano. Nas diferentes intervenções de representantes da América Latina, avultam alguns factos que, diversos embora e por vezes mesmo contraditórios, apontam num sentido de superação de políticas neoliberais e valorização da educação. No Brasil, e ressaltando a diversidade de situações ligada ao sistema federativo – os professores defendem um plano nacional de educação pública –, ou investidas no sentido da privatização, há elementos claramente positivos. É o caso da vinculação de 10% do PIB à escola pública. Ou da prometida aplicação dos lucros da exploração do petróleo à educação pública.

A Confederação dos Educadores Americanos (CEA) sublinhou os avanços registados (apesar das contradições), no plano sociopolítico e na área da educação. Com destaque para o reconhecimento da educação como um direito e não

apenas um serviço.

Levantando questões mais globais, a FESIDUAS, da Argentina, afirmou que o que está em causa é uma batalha cultural. E frisou a necessidade de produzir conhecimento, de articular redes de trabalho.

Uma batalha cultural tanto mais importante quanto se colocam perguntas fundamentais: “estamos a formar gente para o desemprego? Ou para trabalhar no McDonald's ou em *call centers*?”

Realidades diversas, uma luta comum

Espanha é um exemplo de políticas educativas similares às implementadas em Portugal. O recuo nos financiamentos da escola pública. Retrocessos estruturais ao nível do sistema de ensino. A aposta num ensino elitista e classista, com a desvalorização dos percursos profissionais. A perspectiva de haver escolas que irão escolher, de facto, os seus alunos. Uma redistribuição regressiva dos recursos, assente em falsos rankings.

Espanha é exemplo, também, de lutas importantes. Um facto atual (que não terá sido notícia...) – dia 9 de maio uma greve de profes-



Foto: Jorge Caria



Foto: Jorge Caria

Foto: Manuel Grilo

Foto: Jorge Caria

res uniu, na mesma luta, organizações de pais e associações de estudantes.

Na Grécia, que se distingue como um caso de particular degradação da realidade socioeconómica – o orçamento para a educação sofreu um corte de 33%, entre 2009 e 2013; os professores estão a ser despedidos, transferidos e são-lhes impostas mais horas de trabalho – a resistência e a luta são realidades marcantes, estando prevista uma greve aos exames de admissão à universidade.

Na Holanda, tal como em França, a escola pública já tinha sido afetada, antes da atual crise. No caso da Holanda, a escola pública foi particularmente atingida pelo processo de descentralização. Desde então, sucessivas medidas governamentais têm vindo a agravar a situação. As escolas têm um orçamento cada vez mais reduzido de par de despesas crescentes. Ser professor é cada vez mais difícil, o que afeta naturalmente a qualidade do ensino. E tem ainda outra consequência: os jovens já não querem ingressar na profissão de professor (muito trabalho e baixos salários).

Em França – e apesar de alguma melhoria da situação, com o atual governo – a crise de recrutamento

de professores é também já uma realidade.

O Canadá, que engloba várias províncias com diferentes sistemas educativos, tem vivido um clima de crise e importantes lutas. Afirma-se, entretanto, como uma tendência significativa nas políticas de ensino, o financiamento das escolas consideradas como mais eficientes, com base em formas de avaliação que, nas palavras do representante da CSQUEBEC, se estão a tornar uma verdadeira obsessão. Dando lugar, nomeadamente, a um *stress* acrescido, competição, estandardização de testes e de aprendizagens. A Alemanha destaca-se por um quadro de ensino altamente seletivo. Como referiu a representante da GEW, “só no 1º ciclo os alunos estão todos juntos”. Por outro lado, a maioria dos jovens, inseridos no sistema dual, está à espera da formação profissional que, teoricamente, estaria garantida. Estamos longe dos “benefícios” imputados a tal sistema.

Neste quadro global e regional da realidade do ensino público, os países de África presentes no Seminário, nomeadamente os de expressão portuguesa, sobressaem pela gravidade dos problemas vivenciados. Más condições, salários

em atraso e, mesmo, repressão. No momento em que decorria o Congresso da FENPROF, dois sindicalistas angolanos presos, foram entretanto libertados. Mas o facto, em si, é revelador da realidade política do país.

Mas não só no continente africano a repressão – direta – é uma realidade. Na Turquia, dezenas de sindicalistas estão presos desde fevereiro. A solidariedade internacional tem sido um fator importante na libertação de muitos dos detidos.

Face à crise, qual o papel dos sindicatos?

A necessidade de refletir em conjunto, de criar alternativas políticas, de debater as questões da educação – foi salientada por muitos dos participantes no Seminário. A FECU/Internacional Educação, nomeadamente, destacou a necessidade de uma resposta clara, de esquerda, como alternativa à brutal ofensiva em curso.

Na sua intervenção inicial, Manuela Mendonça sublinhou a importância, para o movimento sindical – face à dimensão dos ataques que enfrentamos – de “contribuir para ampliar e articular o campo das resistências sociais, a vários níveis”. E colocou diversas questões fundamentais: “O que podemos fazer para mudar as perceções da opinião pública, para consensualizar análises e propostas alternativas, para construir alianças e coligações, sustentadas em denominadores comuns com que todos possam identificar-se? Como pode o movimento sindical relacionar-se com outros movimentos, alguns sem estrutura organizada, desconfiados face às instituições políticas e, por vezes, aos próprios sindicatos? Como fazer para que a crise da democracia representativa resulte no aprofundamento da democracia e não ao contrário? Como reverter o rumo de empobrecimento para o qual estão a ser empurrados cada vez mais países? Num contexto em que as decisões são determinadas a nível transnacional, como pode o movimento sindical contribuir para a construção de uma resposta à escala global?” ■

A resposta sindical à escala europeia está ainda muito longe do desejável

A luta dos professores nos diferentes países da Europa faz, hoje, parte do quotidiano, face ao quadro generalizado de degradação das condições da escola pública e das condições de vida e de trabalho dos profissionais da educação. Entretanto, como sublinhou Manuela Mendonça, no Seminário Internacional, “a resposta sindical à escala europeia está ainda muito longe do desejável”. Mas, desde já, algumas ações estão previstas ou em curso.



Foto: Jorge Caria



Foto: Manuel Grilo

Mobilizar para uma educação de qualidade

Manuela Mendonça referiu, em particular, a campanha da Internacional de Educação *Mobilizar por uma Educação de Qualidade*, que vai decorrer até 5 de outubro de 2014, e na qual a IE pretende envolver todos os seus membros e outras organizações.

“O Comité Sindical Europeu de Educação definiu como prioridades a necessidade de mostrar o impacto da crise na educação e o combate às tendências de privatização, nomeadamente através de alianças com parceiros educativos e outros atores sociais e do desenvolvimento de uma campanha dirigida aos eurodeputados, aquando das eleições para o Parlamento Europeu, no próximo ano. Está ainda prevista a possibilidade de outras ações a nível europeu, como a distribuição folhetos com mensagens simples e uma iniciativa mediática no próximo Dia Mundial do Professores, a realizar em vários países”.

O *Alter Summit*, que surgiu na sequência dos fóruns sociais e constitui uma ampla plataforma europeia que junta já mais de 140 organizações, entre as quais a FENPROF e a CGTP-IN, é outra das dinâmicas de luta a assinalar.

É deste processo – em que está a ser elaborado um manifesto com o lema *Reverter a Austeridade, Antes que a Austeridade Destrua a Democracia* – que nos falou Dominique Giannotti, da FSU.

O *Alter Summit*

“Consideramos que é extremamente importante, no momento atual, ter relações bilaterais. Relações bilaterais entre sindicatos amigos, combativos. Para conseguirmos construir, progressivamente, convergências ao nível europeu. E, através da solidariedade internacional e das relações comuns, alcançar uma relação de forças, que nos permita, em conjunto, lutar contra as políticas de austeridade” – disse **Dominique Giannotti, da FSU**, numa conversa em breves momentos, no decorrer do Congresso.

“Entretanto” – sublinhou – “neste quadro, as relações bilaterais não bastam. São também necessárias relações multilaterais. E, atualmente, está em curso um processo dinâmico, em desenvolvimento na Europa: o *Alter Summit*. Esta cimeira alternativa tem como objetivo construir um processo de mobilização contra as políticas de austeridade.

“Um momento importante desse processo – não um momento cimeiro, mas um momento particularmente importante – terá lugar em Atenas, a 5 e 6 de junho. Uma das iniciativas a realizar em Atenas será sobre educação. O objetivo é fazer o ponto da situação e não deixar em silêncio o desastre que as políticas de austeridade representam para os professores e para a escola pública, nos diferentes países da Europa. Ver o que é possível fazer para dar visibilidade à mobilização e luta dos professores e ampliar essa luta”.

“Esta, uma das orientações – que nos parece muito interessante, na perspetiva da luta atual”, concluiu. ■



Voluntários à força e desempregados no ativo

Joaquim Jorge Veigunha

Segundo dados do Inquérito sobre os rendimentos das famílias de 2011, 1,8 milhões de pessoas estavam no limiar de pobreza em 2010. Posteriormente, esta situação degradou-se cada vez mais com os cortes nas despesas sociais promovidos por este Governo: de fevereiro de 2012 a fevereiro do ano em curso, 30 mil agregados deixaram de receber o abono de família e 50 mil cidadãos perderam o direito ao Rendimento Social de Inserção¹. No primeiro trimestre deste ano a taxa de desemprego atingiu 17,6%, o que se traduz num aumento de mais de 100% relativamente a 2008, ano em que esta alcançava 8,6%. Paralelamente, o valor médio do subsídio de desemprego fixou-se em 491,25 € quando em outubro do ano passado remontava a 509,65 €. Em fevereiro de 2013, existiam 939.000 desempregados, dos quais 522 mil não tinham acesso ao subsídio de desemprego². Como pretende o ministério da Solidariedade e Segurança Social atacar estes problemas? O seu titular, Pedro Mota Soares, tirou um coelho da sua cartola, considerando que deve ser incentivado o voluntariado. No entanto, passou provavelmente pela sua mente brilhante a seguinte questão: como é possível arranjar voluntários em número suficiente para ‘ajudar’ os pobres quando a pobreza aumenta cada vez mais? Uma luz irradiou então do seu cérebro ministerial: é necessário “criar bancos de horas sociais”

na administração pública para que os trabalhadores do Estado possam envolver-se em ações de voluntariado. Considerou, porém, que estes ‘bancos de horas’ seriam talvez uma medida ‘avulsa’, pelo que decidiu integrá-los num “programa específico na administração pública” cujo grande objetivo consiste na criação de “oficinas de voluntariado”³.

Este Governo não para de nos surpreender. Para além de partilhar a peregrina ideia de que o fenómeno da pobreza pode ser ‘atenuado’ pelo voluntariado, pretende instituir um sistema de caridade institucionalizada composto por um tipo ‘sui generis’ de voluntário, ou seja, o funcionário público que se transforma assim numa nova espécie: o voluntário *malgré lui* ou voluntário à força.

Complementarmente, o subsídio de desemprego deixou de ser considerado um direito para transformar-se em contrapartida duma prestação. O ministério de Pedro Mota Soares criou um novo conceito de “empregabilidade social” que consiste em oferecer postos de trabalho a tempo reduzido a beneficiários do subsídio de desemprego. Os felizes contemplados por mais esta medida arquitetada por uma mente tão imaginativa, para além da prestação social que auferem, recebem 80€ suplementares, a que se acrescenta o subsídio de refeição por quatro dias de trabalho durante um ano, pagos por fundos da União Europeia⁴. Pomposamente intitulada Contrato Emprego Inserção (CEI), esta medida contribui antes de

tudo para financiar indiretamente os baixos salários e, em consequência, para o empobrecimento generalizado da população trabalhadora. Em segundo lugar, reforça o trabalho forçado a tempo parcial, corolário inevitável deste empobrecimento, que aumentou 142% em 2012, se tivermos em conta o número de trabalhadores em situação de ‘layoff’, ou seja, de pessoas que se encontram numa situação de diminuição de horário de trabalho e suspensão temporária do vínculo laboral em consequência de crise⁵. E ‘last but not least’ cria uma nova ‘categoria laboral’ que poderemos designar por ‘desempregado no ativo’. Trata-se, no fundo, de um trabalhador forçado que substitui trabalhadores em funções cuja carga laboral aumenta e cujo salário é pressionado para baixo, pois a medida não é pontual, mas recorrente: por cada beneficiário do CEI que termina o seu contrato de um ano, logo entra outro para substituí-lo. Resultado: não há criação líquida de emprego, mas, pelo contrário, autossustentação dos elevados níveis de desemprego que não têm parado de aumentar.

Palavras para quê: eis o ‘Governo de Portugal’ no seu máximo esplendor estratégico-político, resplandecendo com um brilho tal que a todos cega com a sua perspicácia. ■

1 - Fonte: *Público*, 13.04.13 • 2 - Fonte: DN, 23.04.13 • 3 - *Público*, 4.04.13. • 4 - Fonte: DN, 13.03.13. • 5 - Fonte: DN, 4.04.13

“Eles não vão sair daqui todos atores, mas saem melhores pessoas”



Fotos: Cedidas pela Escola Gil Vicente

Ligia Calapez
Jornalista

O curso de teatro da Gil Vicente abriu há meia dúzia de anos, mas é, neste momento – e apesar da profunda exigência que o caracteriza – o curso profissional que tem mais inscrições.

Alguns dos alunos que se inscrevem vêm com uma noção bem diferente do que é realmente o teatro. Com a imagem dos “Morangos com açúcar”. Ou simplesmente para fugir à Matemática. Mas depois, como refere Fernando Azevedo, “há uma educação, ao nível do que é o teatro” e uma evolução dos próprios jovens. Uma mudança, também no plano pessoal, e que começa logo nos primeiros passos do curso.

Um curso em três etapas

O curso desenvolve-se ao longo de três anos.

“No 10º ano a abordagem centra-se numa procura, por parte dos alunos, de quem

são. Descobrirem-se a si próprios. O que querem mesmo fazer. E estão aqui para quê? Um processo de crescimento, em que utilizamos várias abordagens”, diz Paula Sousa.

Os reflexos deste trabalho fazem-se sentir, também ao nível das famílias. Acontece, com frequência, quando da apresentação pública de trabalhos dos alunos, os pais “virem-nos dar os parabéns, pelo trabalho que estávamos a fazer com os filhos. Porque os filhos estavam muito mais calmos, estavam muito mais crescidos”.

Portanto – conclui Paula Sousa – penso que o 10º ano é muito importante. É uma fase de crescimento pessoal. Eles não vão sair daqui todos atores, mas saem melhores pessoas”.

Nos dois anos seguintes, são desenvolvidas as técnicas mais importantes. No 11º ano, a tragédia grega, Gil Vicente e Shakespeare. No 12º, os autores contemporâneos, as performances, o teatro do absurdo.

Uma ferramenta de autoconhecimento e de educação de um público

“O teatro é uma grande ferramenta de

autoconhecimento. Penso que o teatro contribui – a nível expressivo – para o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Porque é uma viagem”, considera Juliana Silva. “Para se poder interpretar algo, é preciso conhecer-se primeiro. É preciso os alunos compreenderem como é que, artisticamente, se expressam, quem são eles”.

Nesse sentido, desenvolvem-se vários jogos e exercícios de desinibição, de autoconhecimento, de confiança, consciência do corpo, da voz, a nível interpretativo.

O autoconhecimento realiza-se, também, através da apropriação da personagem. “Eles refletem sobre quais são os conflitos das personagens, como é que as personagens reagem na cena. E como é que transpõem isso para as suas próprias vivências, as suas próprias emoções. De certa maneira, o teatro serve também como um catalisador. E para a pessoa questionar situações da vida pessoal”.

A interpretação é o culminar de todo este trabalho, a pedra basilar.

De par da formação, do desenvolvimento dos alunos, também enquanto pessoas, são os próprios públicos – família, comunidade escolar – que são educados.



“Tenho de olhar para estes alunos com outros olhos”, foi o comentário de uma professora, depois de ver os alunos de teatro (seus alunos também), a representar uma peça. Um comentário que diz muito sobre a importância e os resultados do ensino de teatro. Foi para saber como se desenvolve este ensino (que, naturalmente, assumirá formas diferentes com professores e em contextos diferentes) que fomos ao Gil Vicente falar com Fernando Azevedo, professor de voz, delegado de teatro e diretor de curso; Paula Sousa, professora de interpretação; e Juliana Silva, professora de movimento.

O curso está organizado por módulos. E os módulos culminam sempre com uma apresentação. Uma prática que se foi instituindo. “As regras foram-se fazendo nesse sentido”, diz Juliana Silva. “Para eles se habituarem a ter um público”. É um trabalho ao longo de anos, que envolve todos. Há pais que acompanham os filhos desde o primeiro até ao último ano. Há pais, e avós, que não perdem um espetáculo.

Trabalho próximo, trabalho conjunto

Envolvimento, proximidade, trabalho conjunto – são alguns dos ingredientes fundamentais no ensino de teatro. Tanto entre professores e alunos como entre os professores.

Esta proximidade – facilitada pelas próprias características das disciplinas técnicas – dá os seus frutos. “Nas disciplinas técnicas, nós não temos razões de queixa dos alunos. Porque estamos mais próximos deles”, comenta Fernando Azevedo. É uma outra forma de trabalhar.

“O aluno, numa sala de aula normal, com mesas, numa disciplina teórica - é outro tipo de registo”, assinala Juliana Silva. “Eles chegam aqui, têm uma sala ampla.

Trabalha-se o corpo, trabalha-se as emoções. Toda a energia extra é canalizada para uma coisa específica. Há um contacto mais direto. E quebra um pouco essa barreira entre aluno e professor”.

Entre os professores, o trabalho conjunto, articulado, é cada vez mais uma prática do quotidiano.

Inicialmente, diz Fernando Azevedo, “não havia tanto esta aproximação entre nós”. Hoje, o trabalho de cada um conflui para o objetivo comum. “Eu trabalho a voz – para aquilo que eles vão representar. Em vez de trabalhar um qualquer texto vamos trabalhar para a peça que estão a fazer. Resulta. O curso tem-se indo fazendo a si próprio. E a exigência tem sido cada vez maior. “O mesmo se passa ao nível do movimento.

Como pano de fundo, está sempre o trabalho interpretativo. “Quem está a encenar, quem está a dirigir o espetáculo, dá o seu ponto de vista, o que é que interessa, o que é preciso trabalhar”, explica Paula

Sousa. “Digo qual a minha ideia em relação às personagens, que abordagem estou a fazer. E, depois, vamos trabalhando em conjunto. Fazemos aulas mistas, ensaios em conjunto. Trocamos impressões, vemos o que é preciso trabalhar melhor”.

Comparar para aprender

Comparar formas de fazer é também uma maneira de aprender. Tal como “ir ao baú das nossas vivências”, na expressão de Paula Sousa.

Comparar passa naturalmente pelas idas ao teatro. E, melhor ainda, quando é possível uma conversa com o encenador ou com os atores. Por vezes há mesmo coincidências felizes. Como foi o caso de ir ver *A Tempestade*, no Chapitô, num momento em que se estava a ensaiar essa mesma peça de Shakespeare. É uma forma de conhecer outras abordagens.

“Eles vão com muita sede de ver como é que aquele ator está a interpretar aquele papel, tanto mais que, nesta idade, têm



Fotos: Cedidas pela Escola Gil Vicente

tendência a fechar um pouco as personagens”, refere Juliana Silva. “E, então, comentam - *não tinha pensado desta maneira a abordagem, que o ator fez, àque-la personagem, a entoação que ele deu, a intenção que ele deu*. Comparam. Há muitas maneiras de criar um espetáculo. E assim começam a fazer pontes entre conhecimentos, as várias maneiras como se pode fazer as coisas”.

“Nós trabalhamos primeiro o texto. Depois eles têm que construir a história da personagem. Se não vem com o texto, temos de imaginar – qual será a história. A personagem tem que ter história”, sublinha Paula Sousa. “Há um exercício que

Estagiar com profissionais

Os alunos do 12º ano do curso de teatro do Gil Vicente estão a fazer estágio e contam com o apoio dos grupos: Teatrosfera, de Monte Abraão; a Barraca, Santos; o Teatro da Garagem, o Taborda, na encosta do Castelo; Galeria Zé dos Bois, Bairro Alto; e a Mala Voadora (que também funciona no Zé dos Bois).

eu faço com a personagem, que funciona como um jogo – os colegas vão fazendo perguntas sobre a vida da personagem. Eles vão respondendo e, assim, vai crescendo a personagem”.

E, depois, salienta Paula Sousa, “nós temos as nossas memórias e as nossas vivências, os livros que lemos, o cinema que vemos. E claro que vamos buscar ideias a esse nosso baú. As personagens estão cá dentro. Tal como as nossas experiências, as nossas emoções e o que nós sentimos quando nos aconteceu isto ou aquilo. E, depois, é transportar tudo para a personagem. Tirar das gavetas tudo, todas essas emoções”.

Dos relatórios ao mapa interior

Compreender o trabalho que se faz, compreender-se a si próprio – são exigências do trabalho de teatro e implicam o uso de técnicas adequadas. Como é o caso, entre

outras, do relatório ou da construção do mapa interior.

A ideia do **relatório**, nas palavras de Juliana Silva, “tem a ver com um acompanhamento prático do teatro de repertório”. Basicamente consiste em “extrair a sinopse da peça - de acordo com uma compreensão própria, do aluno – e fazer o enquadramento histórico e político do autor e da época. E, depois, descrever a sua personagem. Não só objetivamente, como o lado subjetivo, o diário de bordo da personagem”.

O relatório termina com uma conclusão, uma avaliação sobre todo o processo. “O que é que foi concretizado. O que ficou por concretizar. Em que é que se pode dar o salto”.

Um processo em que há ajuda mútua. “E eles ajudam-se uns aos outros. A ideia não é – ser o melhor”, acrescenta Juliana Silva. “Nós temos muito essa preocupação de, pedagogicamente, uns puxarem pelos outros. E tentar fazer com que potenciemos os outros colegas a descobrir, dentro deles, coisas que já lá estão, mas que ainda não tinham descoberto”.

O **mapa interior** é uma técnica, ou um jogo que, de algum modo, proporciona uma descoberta de si próprio. Partindo de um material muito simples: papel de cenário.

“Eles deitam-se no papel e desenham o corpo numa posição que queiram, relaxados. E, depois, têm que trabalhar nesse seu desenho. As suas experiências. Por exemplo – as pernas podem ser as viagens. Ou o coração, ou a cabeça. Onde é que no seu corpo colocam a família? Então, vão buscar fotografias – da vida deles, das famílias; vão buscar fotografias dos interesses que têm”, descreve Paula Sousa. “Temos que olhar para aquele quadro final e ver uma representação sua (eu também fiz – também viram o meu). E depois, na apresentação, contamos a nossa história, ao grupo, através desse trabalho.”

“É a identidade deles, o seu bilhete de identidade”, conclui Paula Sousa. “No final do 12º segundo, fazemos outro mapa interior – para os próprios verem e sentirem a evolução”.

Como sublinha Fernando Azevedo, “esse momento, em que eles estão a falar do seu mapa interior, é um momento de verdade. E que toca. Toca muito. Mas também que os habilita a darem um salto. E, se calhar, aí, estão habilitados a fazer teatro”.

Temos que gostar dos alunos

Todo este trabalho, esta interação, exige muito também do professor. A “receita”, nas palavras de Fernando Azevedo, é - antes do mais – gostar dos alunos.

“Temos que gostar dos alunos. Se nós não gostarmos dos alunos, não chegamos a lado nenhum.

“Depois, temos de ser francos. Mesmo que isso os possa magoar. Mas temos de ser francos e dizer-lhes o que temos a dizer. E temos que estar perto deles. E o estar perto deles não é engraxá-los, não é mentir-lhes. É ser verdadeiro para com eles. Eles percebem isso. E, se calhar, é o que há de mais importante num professor. É eles saberem – *eu conto com aquele professor; eu conto com aquela professora*”.

Uma “receita” a que Juliana Silva junta outro ingrediente: “responsabilizá-los”.

“Há um trabalho paralelo, em que eles sabem que podem confiar em nós, que podem trabalhar connosco diretamente, recolher as nossas opiniões. Mas sendo também responsáveis pelas suas atitudes e pelo seu trabalho”.

Partindo da ideia de que “cada aluno é um universo”, trabalha-se, quer o lado profissional (que implica responsabilização pelo trabalho) quer o pessoal (envolvendo o relacionamento). “Separar para unir”.

“É muito gratificante vê-los a crescer e a integrar os colegas. E chegarem ao final e dizerem – *realmente, quando comecei, eu nunca pensei dar-me com esta pessoa. Eu nunca pensei partilhar até de pontos de vista que, no fundo, até são parecidos ou são os mesmos*”, diz Juliana Silva.

“Toda a gente devia ter teatro, na vida”, é a ideia presente em toda a nossa conversa e partilhada pelos três entrevistados. ■



Educação em Portugal:

A marcha-atrás depois do progresso

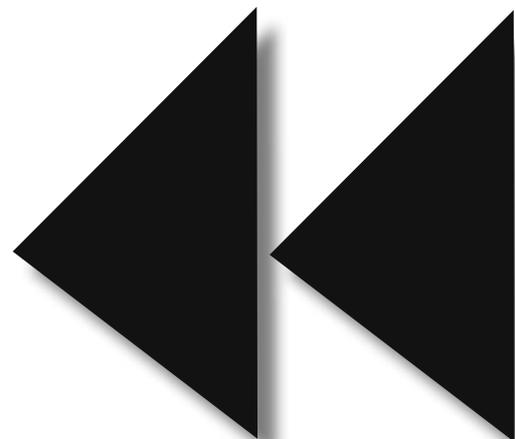
Miguel Reis
Dirigente do SPGL

Os dois mais recentes documentos publicados em Portugal sobre o Estado da Educação merecem ser lidos e relidos. São eles o “Relatório Estado da Educação 2012 – Autonomia e Descentralização”, do Conselho Nacional de Educação, e o texto “Educação: Levanta-te e luta”, do Observatório das Políticas de Educação e Formação. Da sua análise ressaltam três ideias fundamentais. A primeira é que, em matéria de Educação, Portugal evoluiu muito e recuperou de um grande atraso principalmente nos últimos dez anos. A segunda ideia é que, apesar desta evolução positiva, ainda estamos muito atrasados em relação aos principais indicadores e metas europeias, havendo por isso muito esforço ainda para cumprir. Finalmente, a terceira ideia é a de que as políticas levadas a cabo pelo Governo e pela Troika afastam-nos a passos largos do caminho necessário para anularmos de vez este atraso, fazendo-nos inclusivamente regressar mais de uma década.

1) A recuperação notável

De todas as recuperações – e são muitas – registadas no sistema de educação português nos últimos dez anos, a mais impressionante e positiva é sem dúvida a redução do abandono escolar precoce. A população entre os 18 e os 24 anos que não se encontra a frequentar o sistema de educação e formação e obteve no máximo o 3.º ciclo do Ensino Básico passou de 44,2% em 2001 para 23,2% em 2011, sendo que na União Europeia a 27 (UE27), esta taxa passou de

17,2% para 13,2%ⁱⁱⁱ. Ou seja, o abandono escolar foi reduzido para metade em dez anos, tendo contribuído para essa situação a implementação de vias curriculares alternativas, desde os Cursos de Ensino e Formação até aos cursos profissionais no ensino secundário, entre outras medidas de combate ao insucesso escolar. Regista-se igualmente uma evolução muito positiva nas taxas de conclusão do ensino secundário e do ensino superior. Em 2001, apenas 44,4% dos jovens com 20-24 anos haviam concluído o ensino secundário (quando na UE27 eram 76,6% no mesmo ano), tendo esta proporção crescido para 64,4% em 2011 (79,5% na UE27), permitindo a Portugal abandonar os últimos lugares deste ranking, ao ultrapassar países como Espanha e Malta. Quanto à população dos 25 aos 64 anos, em 2001 apenas 20,2% tinham o ensino secundário completo (64,9% na UE27) e só 9,2% possuía um curso superior (19,7% na UE27), sendo que em 2011 esta proporção subiu para os 35% da população com o ensino secundário (73,4% na UE27) e para os 17,3% com o ensino superior (26,8% na UE27). Os avanços relativamente ao Ensino Superior são assinaláveis, principalmente quando olhamos para as qualificações dos jovens dos 30 aos 34 anos, 26,1% dos quais são licenciados (em 2011) quando a média europeia é de 34,6%. Para ter uma ideia mais global da evolução registada no ensino superior atente-se aos seguintes dados: o número de inscritos em cursos superiores passou de 106 mil em 1986 para 396 mil em 2011, o número de jovens que se diplomaram no ano respetivo cresceu de 18600 em 1991 para 78 785 em 2011, e em 1986 doutoraram-se apenas 216 pessoas, sendo que em 2010 foram 1606. De assinalar igualmente são os progressos verificados nas taxas de escolarização (relação percentual entre o nº de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo,



e a população residente dos mesmos níveis etários). Em relação ao ensino secundário esta taxa era de apenas 4,9% em 1973, saltando para 62,5% em 2001, sofrendo um recuo em 2006 (54,2%) para voltar a subir atingindo 72,5% em 2011, muito graças à diversificação da oferta curricular. No terceiro ciclo a taxa de escolarização cresceu de 86,8% em 2001 para 92,1% em 2011, no segundo ciclo subiu de 87% em 2001 para 93,4% em 2011, sendo que no 1º ciclo esta taxa já é de 100% desde 1980 (85,2% em 1975). Além disso, verifica-se que no ano letivo de 2010/2011 cerca de 100% das crianças e jovens do Continente encontravam-se a frequentar a escola. Quanto aos jovens de 17 anos, em 2001 estavam na escola 75,2% (distribuídos pelo básico e secundário), tendo esta taxa subido para 91,2% em 2011. Destes, 81,2% encontram-se no nível correspondente à sua faixa etária, mas 10% frequentam ainda o Ensino Básico.

Há também um aumento importante das crianças a frequentar a educação pré-escolar, designadamente aos 4 anos (de 78,5% para 87,6%) e 5 anos (de 82,1% para 93,2%). Quanto ao ensino de adultos, os progressos são ainda mais assinaláveis, sendo que, apesar da redução dos últimos 3 anos, o número de adultos que regressaram à escola passou de cerca de 130 mil em 2001 para cerca de 200 mil em 2011. Todos estes avanços trouxeram reflexos

muito positivos nos níveis globais de qualificação da população portuguesa. Em 10 anos desceu para menos de metade o número de indivíduos dos 25 aos 64 anos sem qualquer nível de escolaridade (de 621737 – 11,2% - para 270321 – 4,6%) e aumentou em quase um milhão e 200 mil o número de indivíduos que possui pelo menos o 3º ciclo do ensino básico (de cerca de 1 milhão e 100 mil em 2001 para quase 2 milhões e 300 mil em 2011).

Mas não foi apenas ao nível da quantidade e da abrangência que o sistema português de educação evoluiu nos últimos tempos. Foi também na qualidade das aprendizagens, pelo menos ao nível do 1º ciclo, como o demonstram os testes internacionais recentemente realizados. No PIRLS 2011, teste que analisa as competências dos alunos do 4º ano ao nível da leitura, Portugal ficou em 13º lugar em 45 países, com uma pontuação de 541, bem acima da média europeia. Mas é no TIMMs 2011 (teste que analisa as competências ao nível da Matemática e das Ciências) que é possível verificar a evolução dos alunos portugueses (já que no caso do PIRLS esta foi a primeira participação). Assim, na Matemática os alunos portugueses saltaram de uma pontuação sofrível de 442 pontos em 1995, para 532 pontos em 2011, ficando em 14º lugar em 50 países participantes. Evolução similar aconteceu nas Ciências, em que os alunos portugueses subiram nos mesmos 15 anos de 452 pontos para 522, alcançando a 16ª posição em 50 países participantes.

2) O atraso que persiste

Apesar dos progressos realizados pelo sistema educativo português desde o advento da Democracia e em particular nos últimos 10 anos, ambos os documentos aqui referidos atestam o óbvio: Portugal continua muito atrasado e em muitos indicadores mantém-se na cauda da União Europeia e muito distante das metas fixadas por esta organização para 2020. O abandono escolar precoce ainda é muito elevado, distando 10% da média europeia (23,2% contra 13,5%) e ainda muito longe da meta fixada para 2020 (menos de 10% de abandono) que até já foi atingida por 11 dos 27 países da UE. Por outro lado Portugal continua a ser dos países que apresenta maior desvio etário na frequência dos diversos graus de ensino, o que, segundo o CNE, “evidencia o recurso frequente à retenção em detrimento de outras medidas mais eficazes que possam agir sobre as dificuldades de aprendizagem que apresentam”. Para se ter uma ideia deste desfasamento basta referir que só cerca de metade dos alunos chegam ao 12º ano na idade ideal (55% nas mulheres e 45% nos

homens). Também a taxa de conclusão do ensino secundário continua muito abaixo da média europeia. Se na população dos 20 aos 24 anos a aproximação é muito significativa (64,4% contra 79,5% na UE27) a disparidade é muito maior quando olhamos para a população dos 25 aos 64 anos (35% contra 73,4% da UE27) uma distância de quase 40 pontos percentuais que só poderá reduzir substancialmente com um investimento significativo na educação de adultos. Quanto ao Ensino Superior, Portugal está ainda muito distante da meta europeia de 40% de diplomados na população dos 30 aos 34 anos, meta essa que já foi alcançada por mais de metade dos países. Em 2011 existiam 26,1% de diplomados nesta faixa etária contra 34,6% da média europeia. Quanto à Educação na Infância, a taxa de escolarização das crianças entre os 4 anos e o início do 1º ciclo já se encontra muito próxima da média europeia (cerca de 90%, 92,5% na UE27) mas ainda um pouco distante da meta europeia para 2020 (95%), um caminho difícil de percorrer se atendermos a que entre 2001 e 2011, apesar do aumento da taxa de escolarização, o número de estabelecimentos diminuiu, o que, segundo o CNE pode “criar dificuldades no acesso das crianças e/ou sobrelotação dos serviços” devido ao “desequilíbrio existente entre o fecho de estabelecimentos e o aumento de inscitos”. A este respeito um relatório da Inspeção Geral da Educação de 2011 destaca a não admissão, por falta de vaga, de 19,6% das crianças de 3 anos e de 10,5% das crianças de 4 anos. Refira-se ainda que Portugal situa-se entre os países com o número mais elevado de crianças por grupo e educador (25).

A análise das qualificações atuais da população portuguesa (Censos 2011) mostra que ainda existem cerca de 3,4 milhões de indivíduos, com 15 ou mais anos de idade, que não alcançaram um nível mínimo de literacia (igual ou inferior ao 1º ciclo), apesar de este grupo ter reduzido cerca de 19pp, relativamente ao ano de 2001. Por outro lado, cerca de 53% da população dos 25 aos 44 anos não atingiu o ensino secundário. Falamos de cerca de 1,5 milhões de pessoas que ainda estão longe da reforma e que muito podem contribuir para o desenvolvimento do país, mostrando, mais uma vez, a necessidade de um maior investimento na educação de adultos.

Os ainda altos níveis de abandono e insucesso escolar do sistema educativo português estão intimamente relacionados com as condições socioeconómicas das famílias dos alunos, o que mostra a dificuldade da escola em assumir-se como corretora das desigualdades sociais de partida. Para se ter uma ideia cerca de 41,7% dos alunos

dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário encontram-se nos escalões A e B da Ação Social Escolar, cujos apoios se têm revelado insuficientes para contrariar o insucesso escolar, dado que, segundo o CNE, “persistem profundas desigualdades sociais que estão na origem do insucesso escolar e comprometem a qualidade dos percursos educativos” pois “mostram os dados apresentados que há uma forte relação entre a condição socioeconómica e o desempenho dos alunos”, o que só pode ser resolvido através de “medidas de compensação económica”. Além do fator económico, o estudo do CNE sublinha ainda a influência do nível de escolaridade dos pais e a desadequação do processo de ensino-aprendizagem nas elevadas taxas de abandono e insucesso, recomendando o “investimento na elevação da qualificação dos adultos” e “medidas de discriminação positiva e práticas docentes promotoras do sucesso de todos”.

3) A marcha-atrás

Tanto o Conselho Nacional de Educação como o Observatório de Políticas de Formação e Educação sublinham que as políticas educativas dos últimos dois anos – coincidentes com a eleição do novo governo e com a vigência da política da troika – vêm pôr em causa de forma preocupante os progressos realizados pelo país em matéria de educação. Ou seja, estamos na iminência de reverter o ciclo positivo de progresso, regredindo mais do que uma década. Esta marcha-atrás fica patente desde logo pelos níveis de financiamento do nosso sistema de ensino. Em 1972 Portugal despendia apenas 1,4% do seu PIB em Educação, valor que foi subindo e que a partir de 1995 passou a rondar os 5% do PIB, até 2010. Contudo em 2011 este valor já só era de 4,6% e segundo estimativa da OCDE atinge os 3,8% em 2012, um valor muito inferior ao de há 17 anos atrás. Se olharmos para a despesa do Estado com a Educação em termos absolutos, ela era de 6730 milhões em 2001, subindo gradualmente até aos 8559 milhões em 2010, ano em que se inicia a tendência de descida com uma despesa de 7878 milhões em 2011 e de 6734 milhões em 2012. Ou seja, apesar da inflação, gastamos em 2012 com a educação o mesmo valor que há onze anos atrás. Trata-se de um retrocesso censurável e irresponsável, pois, como refere o CNE, “na situação atual, em que a crise económica e o aumento do desemprego são muito graves, a aposta na educação e qualificação deveria constituir uma prioridade, um modo de quebrar o isolamento e dar mais atenção às pessoas e ao desenvolvimento e valorização dos seus

saberes”. Por outro lado, para tornar mais eficiente o combate ao abandono e insucessos escolares, combatendo a lógica das repetências e dos chumbos – missão prioritária para nos aproximar dos níveis europeus – são necessárias mudanças significativas no nosso sistema de ensino, mudança essa que ainda segundo o CNE “exige, porém, maior número de professores e de psicólogos nas escolas, com formação adequada para intervirem aos primeiros sinais de dificuldade”. Ora, a resposta do governo foi o despedimento de cerca de vinte mil professores em dois anos, cifra que promete aumentar nos próximos tempos. Escuda-se Nuno Crato com a propagandeada redução demográfica, mas a verdade é que os números do relatório do CNE, cuja fonte é o próprio Ministério da Educação, mostram que houve inclusivamente um aumento no número total de alunos na última década. Com efeito, em 2011 havia menos cerca de 60 mil jovens na escola do que em 2001 (passámos de 1 505 767 para 1 446 544), mais do que compensados pelo aumento de cerca de 70 mil do número de adultos (de 131 132 para 201 067). Na verdade, o combate ao abandono e ao insucesso escolares, bem como o alargamento da escolaridade obrigatória e o necessário investimento no ensino de adultos, vão exigir às escolas mais recursos humanos do que os atualmente existentes. Pena é que a resposta do Governo vá precisamente em sentido contrário, despedindo milhares de professores e desinvestindo no ensino de adultos.

Ambos os documentos aqui analisados ressalvam que o ensino de adultos deve ser um investimento prioritário para combater o atraso português. Não só para elevar as qualificações de uma população em que quase um milhão de indivíduos não tem qualquer nível de escolaridade completo, mas também para melhorar o sucesso escolar dos filhos que se encontram na escola e que podem contar com um melhor apoio dos pais se estes tiverem níveis de formação superiores. Só que olhando para as estatísticas analisadas no documento do CNE, verificamos que em 2001 havia cerca de 130 mil adultos no ensino básico e secundário, número que sobe para 328 mil em 2008/2009, mas que infelizmente cai para cerca de 200 mil em 2010/2011. E a verdade é que hoje devem ser ainda menos, pois, segundo o Observatório das Políticas de Educação, “desde a entrada em funções do governo PSD/CDS, dos 430 CNO espalhados pelo país, 129 foram encerrados, por asfixia financeira, ao longo do 1º semestre de 2012; os restantes 301 continuaram em funcionamento até agosto de 2012, data limite para uma morte sobejamente anunciada e divulgada”, organismo que afirma sem rodeios

que “em Portugal, destruiu-se a segunda oportunidade de Educação de Adultos”. Quanto ao Ensino Superior, uma área que conheceu uma grande evolução em Portugal mas em que continuamos atrás da média europeia, o Observatório das Políticas de Educação sublinha um dado crucial: pela primeira vez na história o número de inscritos no Ensino Superior português diminuiu de 2011 para 2012, passando de 396 mil para cerca de 390 mil. A este facto não será alheia a crise económica e o valor exorbitante das propinas portuguesas que segundo o FMI ainda deviam subir mais. Na verdade, Portugal já está a fazer marcha-atrás no que diz respeito às qualificações superiores da sua população, o que leva o CNE a mostrar a sua preocupação, entendendo que “a quantificação do abandono no prosseguimento de estudos no Ensino Superior, seja por carência económica dos estudantes, seja por insucesso escolar, deveria constituir um indicador estatístico a inscrever no sistema estatístico nacional.” Finalmente, importa referir que não é apenas ao nível do financiamento e dos recursos humanos necessários para construir uma escola para todos e que combata o atraso do país que as políticas do governo são desastrosas. É também no campo ideológico e no que a escola deve ou não ensinar que corremos o risco de regredir várias décadas, afixam ambos os documentos aqui analisados. Em primeiro lugar, a conceção de disciplinas estruturantes enfatizada pelo Ministro Nuno Crato – em especial o português e a matemática – é posta em causa pelo CNE, que lembra que “a população escolar é muito diferente da que acedia à escola há 30 ou 40 anos” e como tal “aprendizagens antes feitas em casa e com a família são hoje incumbência da escola - aprendizagens sociais, culturais, emocionais, diferentes formas de aprender”, pelo que “o currículo deve, por isso, ser vasto e rico, abranger tanto as disciplinas consideradas “estruturantes” como outras que convocam formas de aprendizagem menos assentes no raciocínio lógico-dedutivo e mais noutros tipos de inteligência e assim poder acolher todos de forma diferente, embora para atingir resultados afins”. No mesmo diapasão escreve o Observatório das Políticas de Educação, sublinhando que “este desequilíbrio do currículo na perspetiva da formação integral básica desvaloriza as áreas das expressões e a formação cívica” e lamentando que “as áreas não curriculares, orientadas para a aquisição de hábitos de estudo e de trabalho responsável sejam agora limitadas aos alunos que “tenham maiores dificuldades”, transformando-se em fator de remediação para alguns e não de formação plena para todos”. Aliás,

o preconceito contra o ensino das artes é o mesmo preconceito que está na base da desvalorização de diversas modalidades do ensino de adultos que valorizam a experiência profissional, preconceito esse que, segundo o Observatório das Políticas de Educação assenta num dogma já caduco. “Há muitos anos que sabemos que a separação entre “a mão” e “o cérebro” foi uma criação da história e da ideologia”, refere o documento “Educação: Levanta-te e Luta”. A bandeira do ensino dual, tão proclamada por Nuno Crato, é igualmente rejeitada nestes dois documentos. Enquanto o CNE, valorizando a orientação vocacional e profissional, sublinha que “não se preconiza, no entanto, o encaminhamento precoce dos jovens para a frequência de vias de formação profissional/vocacional”, o Observatório das Políticas de Educação é ainda mais taxativo: “sob a capa da “reorientação” de alunos com insucesso escolar e/ou problemas de integração na comunidade educativa, estamos perante uma situação da maior gravidade: a exclusão para vias profissionalizantes, sob regulação das escolas e de acordo com as orientações ministeriais dos alunos que, por razões várias, e, em primeiro lugar, por pertencerem a meios de cultura não letrada - os filhos do analfabetismo – não se integram na escola rígida e uniforme, uma escola tradicional e igual para todos em que é suposto que todos aprendam a mesma coisa, ao mesmo tempo e da mesma maneira”. E remata: “trata-se de um retrocesso civilizacional que não pode passar em silêncio”. Termina com uma das conclusões do Observatório das Políticas de Educação, que no meu entender resume de forma simples o terramoto que abala a nossa Escola: “Duma escola pública com indicadores de qualidade, quer este governo PSD/CDS criar uma escola de elite (a dos filhos deles) e a dos “outros”.”

i - http://www.cnedu.pt/images/Docs_CNE_estadoEdu2012/EE_2012_Web3.pdf

ii - <http://www.op-edu.eu/pages/pt/inicio.php>

iii - Os dados estatísticos citados ao longo de todo o texto foram retirados dos dois documentos em análise que se apoiaram em várias fontes: Censos 2011, Eurostat, DGEEC (Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação), PORDATA e OCDE.





Exames de 4º ano e declarações de honra

Os exames de 4º ano são marcados, para além de outros aspetos, por uma desconfiança inusitada, camuflada de lembrete, embrulhada em assinaturas de declarações de honra por crianças de 9/10 anos de idade.

vas e burocráticas às escolas e aos docentes, distorce-se a verdadeira função docente que é a pedagógica. Fecham-se os olhos, por outro lado, às condições de aprendizagem ao longo de quatro anos: falta de apoios, com o aumento do número de alunos por turma, com o aumento do horário de trabalho entre outras.

balho entre outras.

O sucesso que este tipo de avaliação preconiza leva a que, durante dias e dias, as aprendizagens se centrem essencialmente no treino de provas e exames, ao invés da promoção de uma aprendizagem integrada e abrangente. Avaliar deveria envolver formas contínuas de crescimento e não momentos, com data e hora marcada, de expiação!

Pais indignados

A imposição de assinaturas de declarações de honra a crianças de 9/10 anos de idade choca, naturalmente, os pais destas crianças.

Aqui referimos um exemplo concreto de uma mãe e um pai que, indignados com imposição da assinatura de uma declaração de responsabilidade à sua filha de 10 anos, declaram que esta não assinará, no dia dos exames de 4º ano, nenhum documento que não seja a prova de exame. Neste sentido, em carta endereçada ao MEC e de que aqui transcrevemos largos extratos, Marta Luísa Nunes Curto e Manuel Carvalho da Silva exigem um

esclarecimento e sublinham não abdicar das suas responsabilidades como pais e encarregados de educação

“Sou uma mãe igual a tantas outras, que participa nas actividades e reuniões da Escola, que assume os compromissos e responsabilidades que decorrem de ter sob a minha responsabilidade uma filha, menor de idade. Estas responsabilidades, têm incluído a assumpção de múltiplos compromissos e assinatura de diversos documentos e termos de responsabilidade: visitas de estudo, pagamento de refeitório, avaliação no final de cada período escolar, etc. Também o farei, se necessário, à entrada dela para as provas de exame”, afirma-se na carta.

“Estamos dispostos a ir até onde for necessário para atestar que a nossa filha, de dez anos de idade, não reúne ainda as condições que lhe permitam compreender, assumir e vivenciar plenamente as responsabilidades que decorrem da assinatura de um termo de responsabilidade, tal como o que parecer ter sido proposto. Exigimos assim que o Ministério da Educação não interfira com o exercício da nossa responsabilidade e condição de pais.

“O que o País, povo com identidade e com compromisso colectivo num projecto de sociedade pode estar disposto a aceitar, compromete-nos e responsabiliza-nos a todos, e a cada um na acção e omissão.

“Pela nossa filha, menor de idade, somos nós, pais, que nos responsabilizamos e por ela respondemos.” ■

Caso não fosse real, poderíamos imaginar estar perante algum ato humorístico. No pseudo rigor e seriedade que se pretende com esta forma de avaliação surge o ridículo de se pedir a assunção de responsabilidades, numa declaração assinada, a crianças que não entendem, nem têm que entender, a assinatura de uma declaração de responsabilidade.

Será esta uma forma de brincar às aprendizagens? O que significa para estas crianças esta declaração? A maior parte delas nem telemóvel tem. E mesmo que tenha? Passaremos a fazer dos lembretes, no quotidiano, assinaturas de declarações de honra?

Esta forma de avaliar representa, em si, um retrocesso em termos educativos. Para além das deslocações para as sedes de agrupamento, da imposição da cor da caneta a usar, da hipervalorização da função de professor vigilante, da imposição do cumprimento de funções administrati-



GRUPO GPS IGEC dá razão à FENPROF

A FENPROF teve conhecimento dos relatórios finais da Inspeção Geral da Educação e Ciência resultantes das ações inspetivas aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação pertencentes ao Grupo GPS: Colégios Miramar, Santo André, Rainha D. Leonor e São Mamede, Institutos D. João V e Vasco da Gama. Importa lembrar que estas inspeções decorreram após as denúncias feitas pela FENPROF no início do presente ano letivo, sendo que ainda faltam as conclusões das auditorias também da responsabilidade da IGEC, na sequência da grande reportagem emitida pela TVI sobre o assunto em dezembro último.

A IGEC identificou ilegalidades ao nível da organização e duração do horário letivo dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, conforme a FENPROF tem vindo a denunciar.

Resumidamente, a Inspeção, de todos os horários que analisou, encontrou acréscimo de horas na componente letiva, por considerarem os Colégios do Grupo GPS que uma hora letiva corresponde a 60 minutos, pelo que um docente com um horário completo de 22 horas letivas lecionará 1320 minutos de aulas efetivas.

No entendimento da Inspeção, este docente tem a componente letiva acrescida de 220m porque não poderia exceder 1100 minutos em igualdade de circunstâncias com o ensino público ou 1080 minutos (12 blocos x 90 minutos) de acordo com o Tabela constante do n.º 6 do artigo 14.º do CCT em vigor.

Apurou igualmente a Inspeção que, quanto à determinação das horas de trabalho da componente não letiva, a sua quantificação não observa o estabelecido no n.º 1 artigo 11.º B do CCT, pois estas não resultam da diferença entre as 35 horas semanais e da duração da componente letiva, mas antes entre as 35 horas e as letivas efetivamente prestadas na maioria em número superior a 22. A Inspeção conclui, assim, que o equilíbrio

exigido pelo CCT não está a ser cumprido, pois quanto maior for a componente letiva de um docente, menor será a sua componente não letiva, nomeadamente no que respeita à componente de caráter individual.

Mais considera, a Inspeção, que esta prática poderá colocar em causa a qualidade do serviço educativo, por se afastar daquela que é seguida pelos estabelecimentos do ensino público no que toca à distribuição do serviço docente. Na opinião da Inspeção as **orientações exigidas para o ensino privado não devem ser de qualidade inferior às do público, nomeadamente no que respeita aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação.**

Em resultado do apuramento acima descrito, recomendou a Inspeção aos estabelecimentos a alteração dos horários dos docentes por forma a assegurar um serviço educativo de qualidade.

A Inspeção considerou ainda que existem indícios de incumprimento do CCT em vigor para o setor e por isso propôs ao Secretário de Estado do Ensino e Administração o envio dos relatórios para a Autoridade das Condições de Trabalho (ACT) para se pronunciar.

Porém, a FENPROF, independentemente do parecer que vier a ser conhecido da ACT, entende que só o Ministério da Educação tem competência para regular a matéria relativa aos horários letivos no ensino particular por ser este que tem a tutela pedagógica e por isso lhe compete fiscalizar o cumprimento do estipulado no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, designadamente dos docentes dos estabelecimentos e do paralelismo pedagógico.

A FENPROF não desistirá enquanto não for reposta a legalidade e continuará a lutar pela defesa dos horários de trabalho dos docentes do EPC para que sejam ajustados às exigências da profissão docente. ■

Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”



Dia 16 de maio realizou-se mais uma vez, na nossa instituição, O Dia Aberto, com o objetivo de divulgar à comunidade, o trabalho realizado pelos educadores e professores, assim como a dinâmica das atividades dos alunos. A metodologia utilizada tem como referência o Movimento da Escola Moderna. A organização cooperativa promove a educação para a cidadania, envolvendo os alunos na gestão do espaço, materiais, atividades e gestão de conflitos. Desta forma, todos estão incluídos, tendo como estratégia a diferenciação pedagógica, o processo e estilo de aprendizagem de cada um. No entanto há que aprender a viver em grupo e para isso são necessários suportes de organização que permitam, às crianças, apropriar-se da organização coletiva das atividades. Acreditamos que, em conjunto, conseguimos criar uma sociedade mais justa, na qual cada um tem o direito e o dever de participar. ■

Teresa Santos
Dirigente Sindical



Concurso igualdade de género

O concurso “Escrita de Histórias”, sob a temática da igualdade de género, está neste momento a decorrer em várias escolas do país. A entrega de trabalhos é até 8 de fevereiro de 2014.

O concurso – uma iniciativa da CIMH do SPGL (Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens) para assinalar o Dia Internacional da Mulher – dirige-se a crianças e jovens do pré-escolar, 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário de todas as escolas da área do SPGL.

Tem como objetivos: a promoção da escrita criativa de histórias; a desconstrução de estereótipos de género; a promoção de práticas de igualdade de género e a edição das histórias selecionadas. E, ainda, que a temática da igualdade de género seja trabalhada nas escolas, através da pesquisa, da análise e da produção de materiais.

Alugo Quarto (colega no ativo)

Localização: S. Domingos de Benfca

Telefone fixo, TV Cabo, Orientação Sul, Casa de banho privativa

Preço a combinar (base 275€)

Contacto: 91 911 67 67

Professor Mário Casaes

Mário Luís de Vasconcelos Casaes Ribeiro (1935 – 2013), licenciado em Filologia Germânica pela Fac. de Letras de Lisboa, activo resistente anti fascista desde os bancos da faculdade, pertenceu às Juntas de Acção Patriótica criadas em 1959 na sequência das eleições do Gen. Delgado, esteve ligado à tentativa de derrube do regime conhecida por “Revolta da Sé”, aderiu ao PCP e participou em todos os principais momentos da luta anti fascista desenvolvida pela oposição democrática até ao 25 de Abril. Juntamente com Calvet de Magalhães e António Teodoro foi um dos fundadores e principais impulsionadores dos “Grupos de Estudo”, estrutura criada pela classe docente ainda durante a ditadura, que foi o embrião do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa cuja 1ª Comissão Directiva também integrou. Professor do ensino liceal, leccionou em vários estabelecimentos particulares e oficiais, tendo sido eleito por sucessivos mandatos Presidente do Conselho Directivo da Escola Veiga Beirão. Até à reforma ensinou ainda Língua e Cultura Portuguesas durante mais de uma década em Estugarda, na República Federal Alemã.

N.R.: Notícia retirada da imprensa - publicação não identificada.

PUB.



MGEN O SEGURO DE SAÚDE

A existência de um seguro de saúde tem de ser entendido como um investimento na proteção social e económica do Aderente e da sua comunidade.

Ao aderirmos a um qualquer plano de saúde estamos direta e indiretamente a contribuir e investir num futuro, se não melhor, porquanto dependente de fatores exógenos que não controlamos, pelo menos mais solidário e humano.

O Plano Mutualista de Saúde MGEN

São os Princípios do Mutualismo e os próprios Estatutos da MGEN que permitem e nalguns casos impõem a lógica dos nossos Planos de Saúde, que nos diferenciam da “concorrência” e das alternativas disponíveis no mercado português.

Estamos certos de que progressivamente os nossos potenciais Aderentes se irão apercebendo de que o Princípio Básico da não Discriminação gera, por si só, vários Fatores

de Diferenciação, tais como:

- . A não exclusão de Doenças Graves e ou Pré-existentes,
 - . A não Limitação de Idade de Adesão e Permanência,
 - . A não existência de Questionário Médico ou Declaração de Saúde e ainda,
 - . A não resolução unilateral do contrato de seguro (que só o aderente pode anular).
- Estes Fatores de Diferenciação fazem com que a MGEN não possa ser elemento de comparação com quaisquer outras soluções de saúde existentes em Portugal. **Não é possível comparar o que não é comparável.**

Efeitos imediatos da contratação de um seguro de saúde

Prevenção, na medida em que permite, a quem for seu possuidor, um acesso mais fácil e atempado aos serviços de saúde, evitando assim o agravamento do estado de saúde,

por vezes irreversível.

Benefício Social para o Beneficiário, quando contratado pela entidade empregadora ou associação profissional em benefício dos seus Assalariados ou Sócios, por vezes também extensivo aos familiares destes.

Benefício para os Segurados, pois ao serem beneficiários de um seguro de saúde passam imediatamente a beneficiar de custos mais reduzidos por ato médico, mesmo quando se veja ultrapassado o montante estabelecido enquanto garantia.

Benefício para os Prestadores, Médicos, Enfermeiros, Hospitais, Clínicas, etc., porquanto alargam exponencialmente o número de atos médicos por unidade, compensando, desta forma, a necessidade do estabelecimento dos preços convencionados.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direcção: direcao@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
●Parede
Trav. Rocha Martins, F – L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

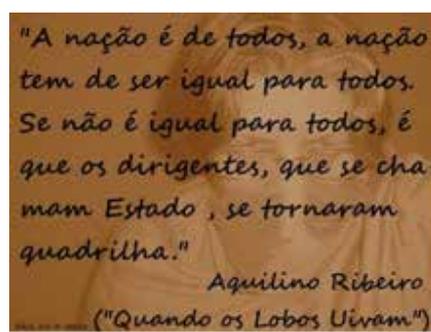
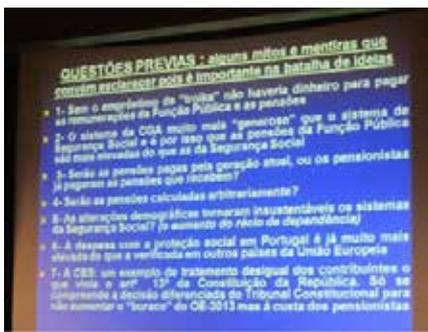
Direcção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493 E-
-Mail: abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 24333627 E-
-Mail: santarem@spgl.pt
●Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A 2300-
460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Encontro Nacional de Professores Educadores e Investigadores Aposentados



Realizou-se, no passado dia 18 de abril em Coimbra, esta iniciativa da FENPROF sob o lema: **“Aposentado merece ser considerado”**.

Neste Encontro estiveram presentes cerca de 160 docentes aposentados de todo o país tendo-se deslocado de Lisboa 37 sócios do SPGL.

Esperava-se a presença dos deputados de todos os partidos representados na AR, mas verificou-se a ausência dos representantes do PS, PSD e CDS justificadas com “problemas de saúde”. Estiveram presentes apenas os deputados representantes do PCP e BE Vladimiro Vale e José João Lucas. O Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, iniciou a conferência lembrando as posições da FENPROF em defesa de um sistema público de Segurança Social, universal e solidário; pelo direito a uma aposentação digna e pela melhoria das pensões e das prestações sociais; e pela adoção de medidas destinadas a garantir a sustentabilidade do sistema, o que exige que o Estado cumpra as suas obrigações e também a diversificação das fontes de financiamento, sublinhando que **“Não são aceitáveis novos cortes nas pensões, novos impostos que as reduzam ainda mais ou outros artifícios criados para roubar os pensionistas e reformados”**. Seguidamente o economista e investigador **Eugénio Rosa** alertou para as sucessivas manobras do Governo em

torno da Segurança Social, que tenta passar a *mensagem* que a gestão pública do setor é “insustentável...” Negando este discurso, o prestigiado economista, demonstrou que mesmo com crescimento económico reduzido, a Segurança Social em Portugal apresenta saldos positivos elevados, apresentou medidas para a sustentabilidade e reforço do setor e alertou para as consequências das políticas que o Governo tem definido, no quadro da ofensiva generalizada contra as funções sociais do Estado. Vladimiro Vale e José João Lucas chamaram a atenção para a importância e atualidade deste encontro nacional promovido pela FENPROF e sublinharam o compromisso das suas organizações quanto ao prosseguimento da intervenção contra os roubos aos aposentados e em defesa de uma Segurança Social pública, dinâmica e justa. No debate que se seguiu ficou clara a disposição dos docentes e da FENPROF para continuar a luta contra a política de austeridade defendida pelo governo, que se traduz em mais cortes, mais recessão, mais desem-

prego, mais défice, mais dívida, mais cortes...

Os Professores e Educadores aposentados continuarão firmes na luta!

11º Congresso da FENPROF

No 11º Congresso Nacional dos Professores, no Fórum Lisboa, foi aprovada a realização de uma Conferência Nacional de Professores/as Aposentados/as com o objetivo de reestruturar o Departamento de Professores Aposentados da FENPROF.

A situação de aposentação é hoje muito complicada face aos violentos cortes, impostos e à perda de proteção social. A ação reivindicativa a desenvolver exige uma resposta sindical cada vez mais eficaz e mais forte. É pois necessário organizar e reforçar os departamentos de aposentados dos vários sindicatos, reestruturar a sua organização, procurar medidas e ações conjuntas que permitam responder melhor no contexto de crise em que vivemos.

Ações organizadas/participadas pelo Departamento de Professores e Educadores Aposentados desde JANEIRO

Data	Iniciativas
Janeiro	
07	Plenário de Professores e Educadores Aposentados, em Lisboa
18	7ª Conferência Nacional da Inter-Reformados Nacional (IR)
24	Visita ao Museu da Eletricidade e à exposição "O Riso"
26	Manifestação da FENPROF
Fevereiro	
07	Teatro D. Maria e jantar "Condomínio da Rua"
16	Manifestação da CGTP-IN
18 e 19	Workshop Power-Point
25 e 26	Workshop Power-Point
27	Plenário de Professores e Educadores Aposentados em Santarém
27	Plenário de Professores e Educadores Aposentados em Setúbal
28	Plenário de Professores e Educadores Aposentados nas C. Rainha
Março	
04 a 17	Viagem à Patagónia
08	Manifestação do Dia da Internacional da Mulher
15	Manifestação da Administração Pública
21	Visita à Fábrica da Pólvora
22	Manifestação Nacional Descentralizada de Reformados
Abril	
05	Workshop Power-Point
10	Plenário de Professores e Educadores Aposentados em Lisboa
13	Manifestação Nacional Contra o Empobrecimento
16	Início do Curso de Conversação de Inglês
18	Encontro Nacional de Aposentados FENPROF – Coimbra
19	Comemoração 25 Abril – Peniche
20	Almoço Comemorativo do 25 Abril- Inter-reformados Lisboa – Peniche
25	Manifestação Nacional Comemorativa do 25 de Abril
26	Teatro de Almada – "Um dia os réus serão vocês: o julgamento de Álvaro Cunhal"
30	Início do 2º Curso de Conversação de Inglês
Mai	
01	Manifestação do 1º de Maio
01	Cafetaria da Inter-reformados de Lisboa e Manifestação Nacional do 1º de Maio
02	Teatro Nacional de S. Carlos – Ópera "Traviata"
3 e 4	11º Congresso da FENPROF
10	Concentração de Aposentados IR - Segurança Social-Lisboa e Porto
11	Teatro Nacional de S. Carlos – "Rigoletto"
13	Início do curso de Continuação à iniciação Informática
14	Início do Curso de iniciação à Informática
15	Visita à exposição: Vida e Obra de Álvaro Cunhal
24	Jantar aniversário SPGL
25	Manifestação em Belém
27	Visita à Exposição de Joana Vasconcelos – Palácio Nacional da Ajuda

Nota – Agradecemos que os sócios que têm email mas não o comunicaram ao Sindicato que o façam, com urgência, para o email: spgl@spgl.pt.

Legislação

- **Deliberação 541/2013, 22/2**
Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura da 2013/14.
- **Despacho 2007-B/2013, 1/2**
Provas de exame final nacional das disciplinas de Alemão e Espanhol.
- **Despacho 2299/2013, 8/2**
Lista de entidades acreditadas pela DGE como avaliadoras e certificadoras dos manuais escolares.
- **Portaria 85/2013, 27/2**
Alteração da constituição, funcionamento e gestão do portal único da internet dedicado aos contratos públicos.
- **Despacho 4400/2013, 26/3**
Altera o calendário de exames.
- **Despacho 4653/2013, 3/4**
Determina o alargamento da experiência piloto dos cursos vocacionais.
- **Despacho 5048-B/2013, 12/4**
Estabelece os procedimentos exigíveis para a concretização da matrícula e renovação, e normas a observar, na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos.
- **Despacho Normativo 5/2013, 8/4**
Aprova o regulamento do Júri Nacional de Exames; o Regulamento das Provas dos Exames do Ensino Básico e Secundário



Mostra de Marionetas

Uma mostra de marionetas – mostra autobiográfica, de máscaras e máscaras de outros bonecos... – de Delphim Miranda, esteve em exposição, no Espaço António Borges Coelho, entre 8 de abril e 17 de maio. A mostra reuniu algumas dezenas das muitas marionetas de todos os tipos, fruto de mais de 30 anos de trabalho de Delphim Miranda, executadas para servir – como o próprio diz – o projeto de “Contador de Histórias com Marionetas, fruto de relações de trabalho com outros grupos e companhias de Teatro”, bem como a atividade como Animador de Bibliotecas. A exposição – um verdadeiro passaporte para o sonho, a imaginação, a criatividade – foi visitada por vários grupos de crianças.



Os Maias



Os Maias – Retrato sociológico de uma família cigana portuguesa (1827-1957) – de Carlos Jorge dos Santos Sousa –, analisa as histórias de vida de três pessoas, pertencentes a uma família cigana lisboeta, estuda as dinâmicas sociais, culturais e étnicas por eles desenvolvidas “de forma a compreender a pluralidade das suas pertenças étnicas, através dos contrastes e continuidades, nas suas dimensões sociais e culturais, com a restante sociedade portuguesa”. Este livro, cuja apresentação decorreu a 17 de maio, resulta de um estudo que – como diz o autor nas conclusões – “fez um percurso conceptual diferente, em relação aos denominados *estranhos e incorrigíveis* ciganos (...) o nosso discurso não se construiu na base das categorias dicotómicas (...) Construiu-se tendo, antes, em consideração que «os estranhos são a ambivalência como existência».

I – Efeitos das faltas no direito a férias

II – Marcação do período de férias

I – Na última rubrica do Consultório Jurídico foi dado a conhecer o novo regime de efeito das faltas por motivo de doença dadas pelos docentes abrangidos pelo regime de proteção social convergente. Como então foi referido, tal regime decorreu da alteração introduzida ao artigo 29º, do DL. N° 100/99, de 23 de março, pela Lei do Orçamento para 2013 (Lei n° 66-B/2012, de 21 de dezembro) o qual, procedendo ao respetivo agravamento, passou a prever que as referidas faltas determinam a perda da totalidade da remuneração nos primeiros 3 dias, seguidos ou interpolados, acrescida de outra perda de 10% da remuneração base diária a partir do 4º dia e até ao máximo de 30 dias de ausência. Ora, a propósito da referida temática cabe também dar a conhecer, em virtude de com a mesma se relacionar, o regime relativo aos efeitos das faltas no direito a férias.

Tendo em conta que a lei especial, consubstanciada no Estatuto da Carreira Docente, nada prevê sobre esta matéria, aplica-se subsidiariamente aos professores o que sobre a mesma dispõe a lei geral no **artigo 193º**, do Regime de Contrato de Trabalhadores em Funções Públicas (R.C.T.F.P.), aprovado pela Lei n° 59/2008, de 11 de setembro (cfr. Artigo 86º do ECD).

De acordo com este preceito legal do R.C.T.F.P., sobre esta matéria vigora o princípio de que as faltas não têm qualquer efeito sobre o direito a férias do trabalhador. Contudo, o legislador veio prever, no seu n° 2, o afastamento deste princípio nos casos em que as faltas determinem perda de remuneração, que é precisamente o caso das faltas dadas por motivo de doença. Tal exceção consubstancia-se no facto de tais ausências poderem ser substituídas, **por manifestação expressa do trabalhador**, por dias de férias"... na proporção de 1 dia de férias por cada dia de falta, desde que seja salvaguardado o gozo efetivo de 20 dias úteis de férias ou da correspondente proporção, se se tratar de férias no ano de admissão". O legislador apenas excluiu desta exceção as faltas dadas por conta do período de férias que, no caso do pessoal docente, se encontram previstas no artigo 102º do ECD.

II – O período de férias do pessoal docente encontra-se regulado pelo artigo 88º do ECD, que determina que o mesmo ocorre obrigatoriamente entre o termo de um ano letivo e o início do ano letivo seguinte. Esta limitação tem por objetivo evitar prejuízos no decurso normal das atividades letivas salvaguardando-se, assim, os interesses dos alunos. O mesmo preceito legal prevê ainda a possibilidade de as férias serem gozadas seguida ou interpoladamente.

Contudo, o gozo interpolado de férias encontra-se limitado a dois períodos sendo que um deles tem que ter a duração mínima de oito dias.

Para além disso, do n° 3 do mesmo normativo decorre que à marcação do período de férias do pessoal docente encontra-se subjacente a conciliação entre os interesses dos docentes e a conveniência da escola sendo que a este objetivo deve sempre sobrepor-se o funcionamento do estabelecimento de ensino.

Esta prevalência de interesses também decorre do seu n° 4 quando o mesmo dispõe que, **na falta de acordo na marcação do período de férias, a decisão cabe ao órgão de administração e gestão do estabelecimento** tendo sempre presente o período supra referido para o respetivo gozo.

Finalmente, é importante esclarecer que, na ausência de qualquer regulação, pelo ECD, sobre a elaboração do mapa de férias dever-se-á aplicar, também quanto a esta matéria, o disposto na lei geral porquanto, como ficou supra referido, o artigo 86º do mesmo ECD determina a sua aplicação subsidiária.

Assim, dever-se-á entender que, ao pessoal docente deverá ser aplicado o disposto no n° 7 do artigo 176º, do R.C.T.F.P., com as adaptações decorrentes das especificidades do período de gozo obrigatório das respetivas férias, ou seja: "O mapa de férias, com indicação do início e termo dos períodos de férias de cada trabalhador, deve ser elaborado até 15 de abril de cada ano e afixado nos locais de trabalho entre essa data..." e 31 de agosto". ■



ctt correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 87778

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 0017201328AC
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

**junho
em luta**

**Contra os despedimentos • Contra o horário de 40 horas
Pelo direito ao emprego • Pela dignificação da aposentação
Pela qualidade do ensino e pelo futuro dos nossos alunos**

Em defesa da Escola Pública!

GREVES

**Ao serviço
de avaliações**

7, 11, 12, 13 e 14
de junho

**Geral dos
Professores**

17 de junho

MANIF.

nacional de professores

15 de junho

Marquês de Pombal, 15 horas